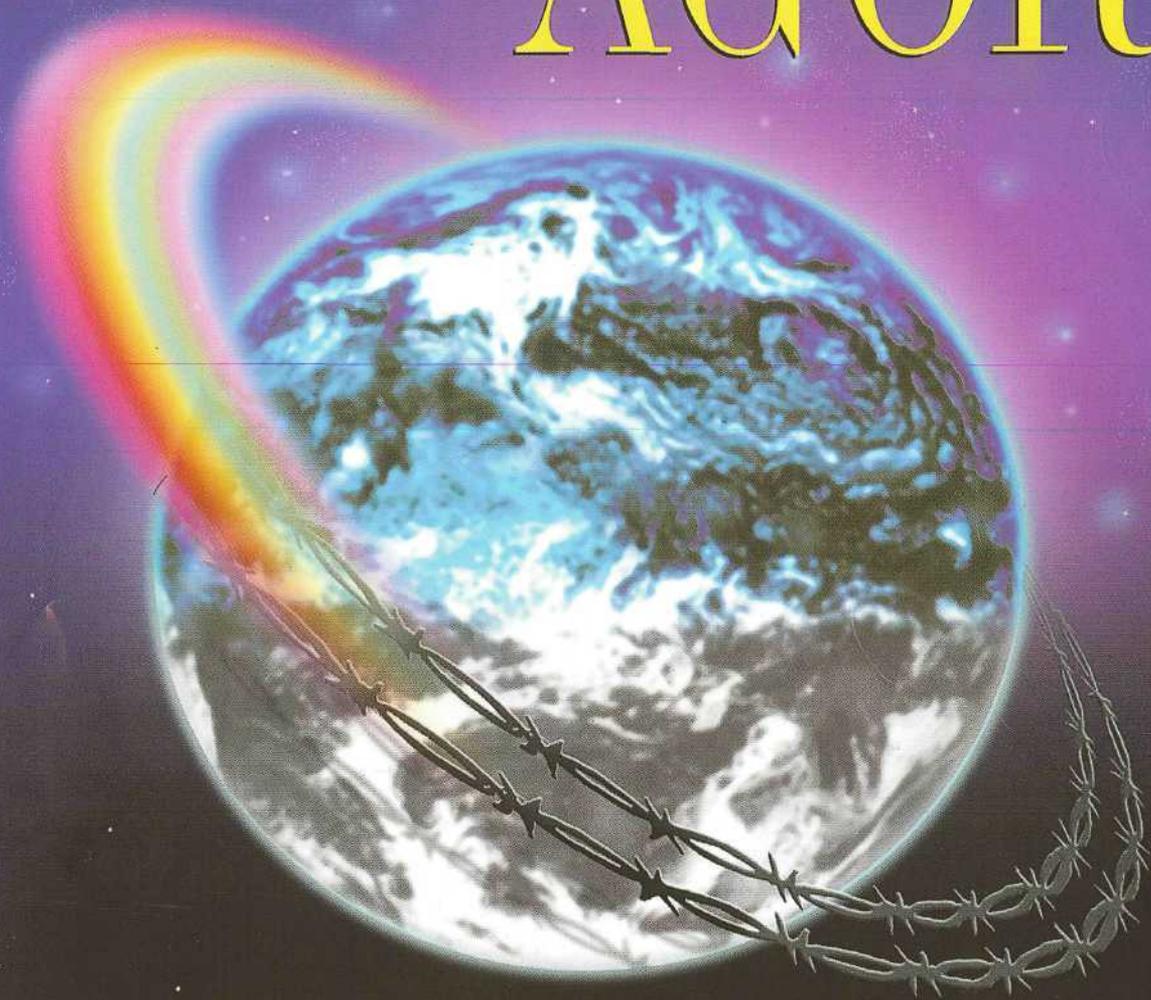


AGORA

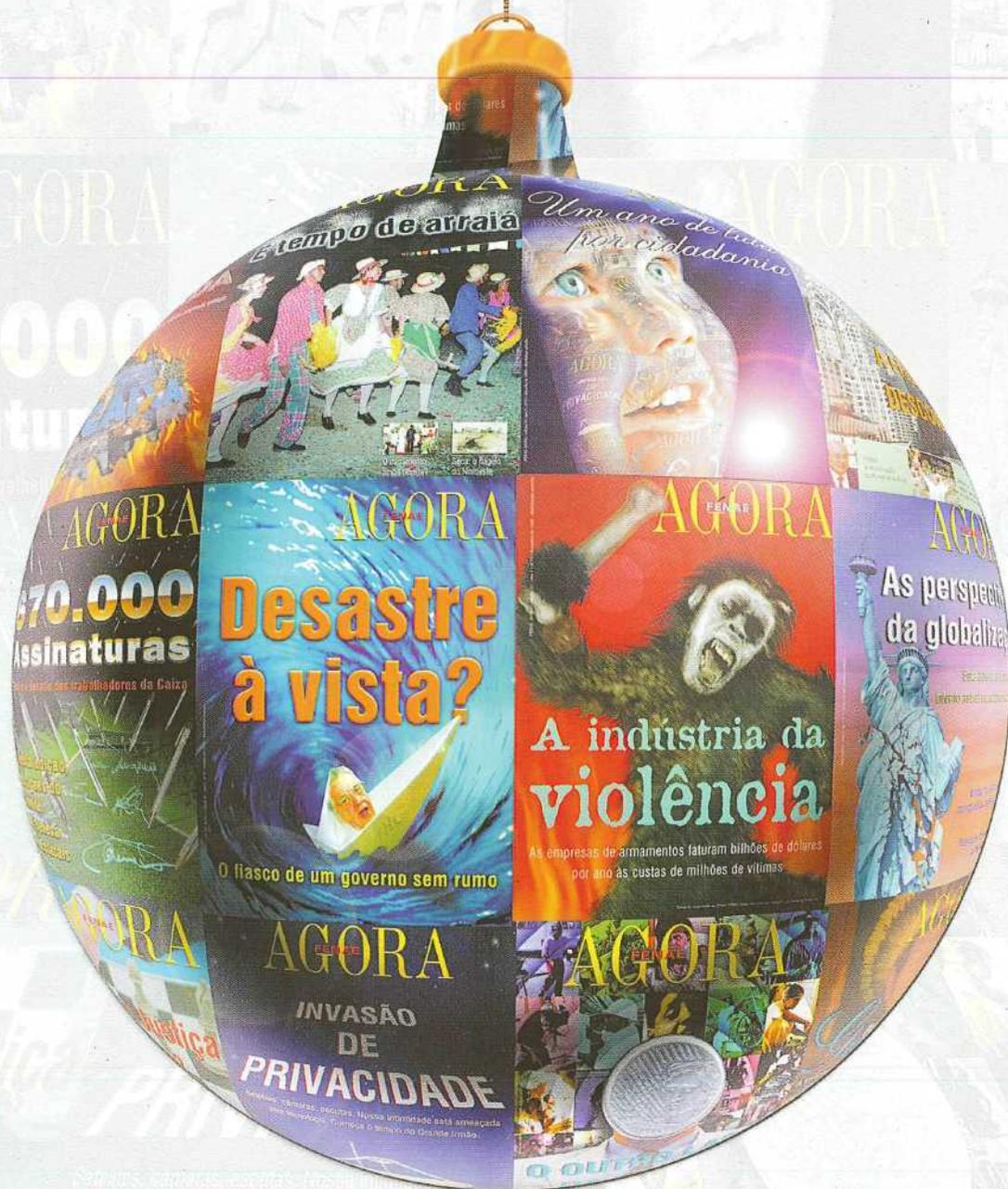
FENAE



Admirável e assustador

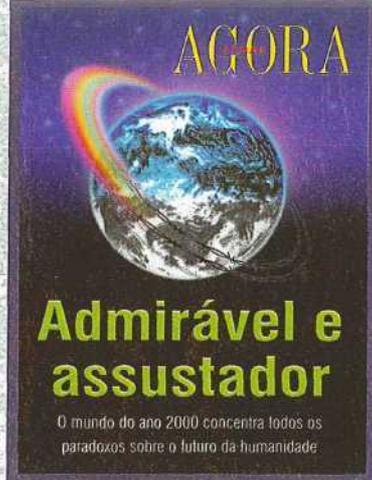
O mundo do. ano 2000 concentra todos os
paradoxos sobre o futuro da humanidade

Que o mundo novo comece com uma vida melhor para todos

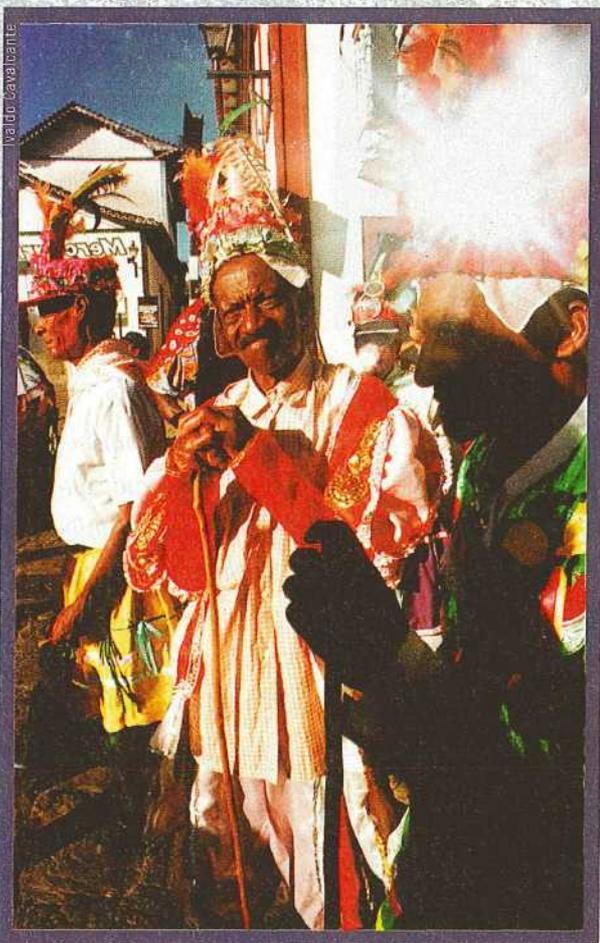


Boas festas e novos horizontes em 2000

São os votos da Fena e aos empregados da Caixa e demais leitores da FENAE AGORA



Capa: Às vésperas do novo milênio, a humanidade se defronta com escolhas paradoxais para seu futuro
Pág. 8

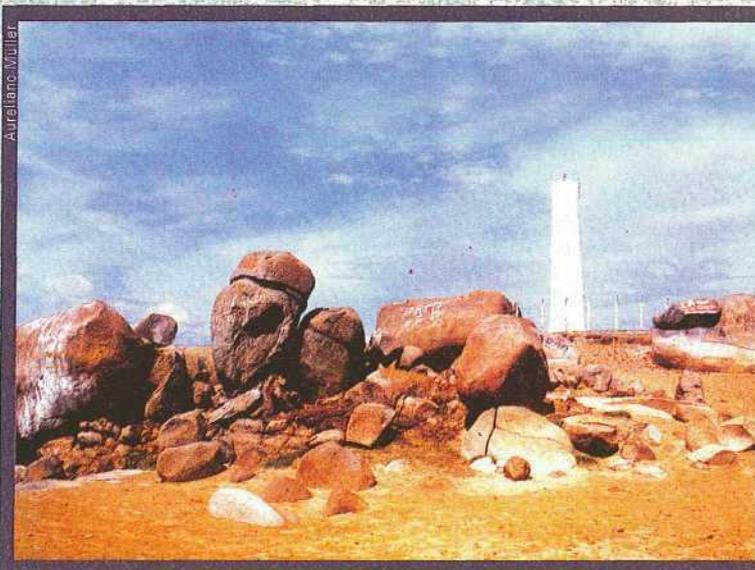


De ponta a ponta do país, a Folia de Reis é uma manifestação da cultura popular
Pág.32

AGORA

FENAE

- 7** Para Janio de Freitas, a década de 90 está tão perdida quanto a de 80
- 17** Desilusões e esperanças no cotidiano de um brasileiro comum
- 18** A campanha dos empregados da Caixa contra o trabalho infantil no lixo
- 19** A habitação de boa qualidade exige volume significativo de recursos
- 23** A volta da inflação ameaça a economia brasileira, segundo Aloysio Biondi
- 24** Objetivo da Previdência complementar é manter padrão de vida dos aposentados
- 28** Política do governo aumenta cerco aos bancos públicos federais
- 30** Empregada da Caixa em SC vence competição internacional de apnéia
- 31** Tárík de Souza faz uma radiografia do que há de melhor na música cubana



A natureza é soberana no Delta do Parnaíba, localizado entre o Maranhão e o Piauí **Pág. 19**

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Homepage: mww.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Borges
Vice-Presidente:
José Carlos Alonso
Diretor Financeiro:
José Durval Reis
Diretor de Relações no Trabalho:
Antônio Braulio de Carvalho
Diretor Administrativo:
Pedro Engênio Leite
Diretor de Esportes:
Jorge Peixoto de Mattos
Diretora Cultural:
Aparecida Diniz
Diretor Emérito:
Orlando Cezar
Diretor Primeiro Suplente:
Vaumik Ribeiro da Silva
Diretora Segunda Suplente:
Erika Kokay

Conselho Fiscal

Ozair Cataldi
Bernardete de Aquino
Francisca de Assis Silva

Suplentes

Jorge Cruz "Marçal"
Francisco Astrogildo Cruz
José Marcos de Almeida Costa
Conselho Deliberativo Nacional
Presidente: Valmir Gongora
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello
Secretário: Marcos Holanda Melo Saraiva

Edição e redação: Antônio José Reis,
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

Colaboradores: Janio de Freitas,
Aloysio Biondi, Tárík de Souza e Adacir Reis

Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares
comprovada por PRICEWATERHOUSECOOPERS
cuja carla-relatório encontra-se conosco.

Os artigos assinados são de responsabilidade
dos seus autores. As matérias podem ser
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

À procura de um caminho

Estamos às portas do ano que, até há pouco tempo, representava nossos sonhos e pesadelos de futuro. E 2000 pode ser o ponto inicial de mutação para a humanidade: inclusão social ou divisão sem retorno são as alternativas colocadas, que se refletem em todos os campos da vida:

Se entraremos no ano 2000 sob o signo da alta produtividade, também teremos as maiores taxas de desemprego da história. Se a circulação de informações é gigantesca e ultraveloz, também o analfabetismo nunca, atingiu tantas pessoas quanto hoje. Se aumentamos a expectativa de vida, também não conseguimos controlar a mortalidade infantil. Se discutimos o entendimento entre as nações, também vemos o maior número de guerras internas e entre países, em todos os continentes.

O Brasil é um dos tantos países em que todas essas contradições podem ser encontradas lado a lado, nas ruas das grandes cidades, nas grandes propriedades do campo e nos trabalhadores sem-terra, nos usuários de Internet e nas pessoas sem certidão de nascimento. O ano 2000 traz reflexões sobre o futuro da humanidade enquanto milhões de brasileiros pedem por alguma solução no presente.

Um dos grandes problemas começa a ser atacado com maior seriedade. O projeto Criança no Lixo, Nunca Mais, do qual a Fenae faz parte, pretende erradicar o trabalho infantil no lixo. E de nossos detritos que vem outra solução criativa: a coleta seletiva de lixo, implantada em várias cidades do país.

Mas há outros problemas sérios, como a habitação. O déficit de moradias atinge 13 milhões de famílias no Brasil e a solução passa pela democratização política e econômica, com a inclusão social das pessoas de baixa renda. O mesmo processo, por distante que pareça estar, pode ajudar a impedir a entrega do patrimônio nacional, personificada hoje pela ameaça aos bancos oficiais.

Paradoxal, o Brasil também apresenta belezas como o Piauí, que nos oferece o belo Delta do Parnaíba e a Serra da Capivara, para ficarmos apenas nos exemplos mais famosos. Ou então, na área cultural, a Folia de Reis, manifestação do interior do Brasil que sobrevive à massificação televisiva.

De paradoxos se constróem as pessoas, os países, o mundo. Envolvidos em contradições entraremos no ano 2000. Como diz nosso personagem dessa edição, o futuro é tempo de recomeçar a vida, nem que seja "praticamente do zero".

As diferenças são
claras nas ruas das
grandes cidades
brasileiras

Qual é o seu nome?

Benedito Froscolo Jovino de Almeida Aimbare Militão de Souza a Baruel de Itaparica Boré Forni de Tucunduvá. Sim, este é um nome só, segundo a homepage <http://www.nvc.com.br/~dutra/nomes.html>, que traz todos os nomes estranhos possíveis e imagináveis. De Janeiro Fevereiro de Março Abril a Um Dois Três de Oliveira Quatro, a coleção é hilariante.

Nos fundos

Você é participante de fundo de pensão e quer saber se é melhor ter benefício definido ou contribuição definida? Pois então vá a http://www.fenae.org.br/fm_noticias9.htm e leia documento do movimento dos empregados da Caixa sobre as tentativas de mudança na Funcef que quer implantar novo plano de benefícios, baseado na contribuição definida.

Harmonia milenar

A arte milenar do feng shui, técnica que consiste em harmonizar residências e locais de trabalho a partir do fluxo de energia. Existem três escolas diferentes da arte. Tudo sobre o feng shui, contado pelo especialista Raul de Sorôa, está na página www.fengshui.com.br.



O fim da picada

Eles são um dos principais problemas do verão, mas atacam durante todo o ano. São os mosquitos, pernilongos, borrachudos e muriçocas, que atacam os incautos humanos. A página www.intermedica.com.br/tema9802.html traz os principais efeitos das picadas dos insetos, medidas preventivas e tratamentos mais indicados.

FENAE AGORA: imprensai@fenae.org.br

AGORA a revista do ano 2000

anuncie aqui e faça parte deste projeto

(61) 323-7516 - imprensai@fenae.org.br

Cuidado

Torço, neste comentário, pelo cuidado com os textos direcionados a contribuir com a formação de opinião dos trabalhadores. Cuidados com termos e sentenças são vitais para a consecução do objetivo desejado.

Refiro-me, particularmente, à reportagem de capa da edição de outubro, assinada por Antônio José Reis, "A barbárie do governo FHC"; contudo, é preciso afirmar que ela contém informações importantes. Nela chamou-se atenção para a frase: "a raiz do desastre social é a política econômica...". Preocupa-me a visão de que seria a política de um governo a "origem" dos problemas sociais. Com isso perde-se a historicidade, perde-se a radicalidade. Por menos que se acredite na possibilidade de alteração do quadro, entre as raízes estariam a propriedade privada, a divisão social do trabalho, inversões de valores como competição versus solidariedade, ter ver-susser...

Uma alteração nos rumos da política governamental, certamente, deve ser almejada pelos trabalhadores, mas seus gnhões continuarão se não forem às raízes. Outro equívoco foi a explicação da "soma zero". Parece-me que o mais correto seria: "o povo perde e as empresas ganham". Além do mais, no caso da Ford, se algum estado saiu ganhando, não foi minha querida Bahia.

Ronaldo Freitas Oliveira
Salvador (BA)

Futuro

A Diretoria de Benefícios da Funcef enfrenta uma difícil missão, quase impossível, na tarefa de tentar convencer ativos e aposentados de bom senso sobre o Replan, REB e outras "cositas" mais.

Diretores da fundação têm se empenhado ao máximo, mas não têm conseguido convencer a mim e a dezenas de economiários acerca do que a Funcef preparou para o futuro de seus associados.

Ademais, é como dizia Matias

Calvino, um pensador medieval: "aquele que nunca reclama não tem direito".

Portanto, fica aqui o meu registro. Se correr o bicho pega. Se ficar, pega do mesmo jeito.

Rômulo Fernandes
Belo Horizonte (MG)

Elogio

Tomamos conhecimento por acaso da revista Fene Agora, publicação de muito boa qualidade, e gostaríamos de recebê-la com frequência. O Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa da Paz (Ifas) reúne profissionais de diferentes áreas e tem por finalidade a realização de estudos, pesquisas, publicações, análises e atividades de assessoria, formação e capacitação.

O objetivo do trabalho do Ifas é o de contribuir para uma melhor compreensão acerca das questões que envolvem a luta sindical, política e social, tendo em vista o fortalecimento da agricultura familiar, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, especialmente por meio de suas organizações representativas.

Daí nosso desejo de receber Fene Agora, que será muito útil no desenvolvimento do nosso trabalho.

Paulo Henrique C. Malta
Palmas (TO)

Concurso

Parabéns pela revista! Ela está cada vez melhor!

Gostaria de sugerir uma coisa que, com certeza, fará bem para todos os empregados da Caixa Econômica Federal e elevará o moral da moçada: um concurso de contos e poesias, com temas voltados para a valorização da empresa e de seu papel social.

Acredito que isso faria muitas mentes trabalharem e ajudaria a acordar muita gente que ainda está dormindo em berço esplêndido. Fica aí registrada a minha

sugestão.

Mauro Gonçalves Peres
São Paulo (SP)

Defesa

Estamos lisonjeados em receber uma revista de tamanha envergadura como **Fene Agora**, inclusive a da edição de julho/99, que fez um retrospecto da performance da Caixa Econômica Federal e de seus empregados. Acreditamos que, neste momento de dificuldades e de fortes tensões emocionais, o funcionalismo tanto da Caixa quanto do Banco do Brasil carece de pessoas que realmente estejam comprometidas com a preservação das duas instituições e saiam em defesa do funcionalismo, para que tenha um ambiente saudável de trabalho e de menos pressão por parte dos administradores.

As pessoas que defendem essas duas instituições o fazem com determinação, garra, vontade de lutar e de preservar o que foi conquistado. Diante da política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, a opinião pública, em sua grande maioria, é de que os funcionários ditos "públicos" são privilegiados. E isto é uma inverdade, já que os privilégios estão no topo da pirâmide. Sabemos que tudo foi conquistado com sacrifício e em uma maratona de concurso. E abandonamos outras profissões, estudos etc, afim de almejarmos uma vida melhor.

Parabenizamos a equipe da Fene Agora, a qual tem-nos contemplado com matérias importantes sobre o contexto atual em que vive o nosso país, quer seja sobre ecologia, cidadania, privatizações etc.

Aníbal M. Borges
Uberlândia (MG)

• A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. Fene Agora se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço). ●

De século a século

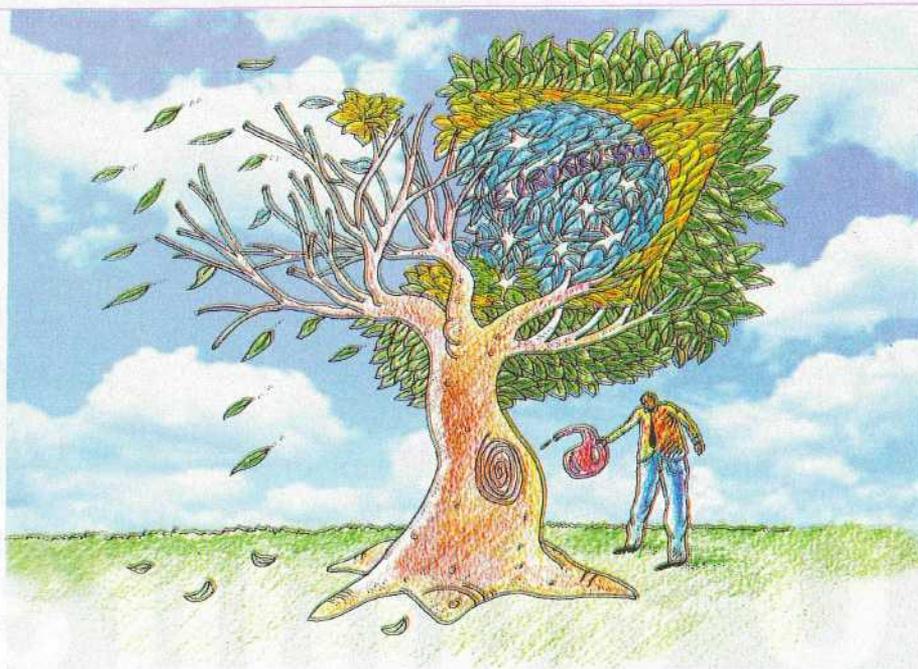
■ Janio de Freitas

Perdida era a década de 80. Expressão que se prestava, também, como crítica dos atuais tucanos no governo de Sarney. Demorou, mas afinal está aí percepção de que a década de 90 não foi menos perdida que sua antecessora. Esta é, porém, um visão ainda generosa demais com estes últimos anos.

Os 80 foram irrigados por duas ondas de esperanças maiores e por várias marolas de otimismo. Na primeira metade da década, a batalha de muitas frentes para acabar com o regime militar, a campanha da diretas-já e vitória da oposição na pessoa de Tancredo Neves foram uma seqüência estimulante e promissora. Era como se o corpo do país readquirisse vida e viço.

A marola do cruzado, cuja supervalorização irresponsável pela mídia contribuiu muito para o desastre, seguiu-se o movimento para se erguer uma Constituição grandiosa no seu poder democratizante e vigorosa na resistência dos seus alicerces a possível investidas.

Já a primeira parte dos 90 começou com o assalto simultâneo à Constituição e à poupança, esta, quando devolvida, amputado de metade do seu valor original. Era só o começo. Duas CPIs, a do impeachment e a dos "Anões do Orçamento", expuseram a presença enorme da sordidez na política e na administração do país. Sob a euforia da expulsão de Collor e da (modesta) punição a alguns deputados, o que na verdade se propagou, pelo país afora, foi uma espécie de amargor cívico, a incontível perda da confiança no futuro, no país mesmo.



A segunda parte dos 90 é o ataque desfigurante à Constituição, é a administração por medidas provisórias, é o Congresso servil e emasculado, é a meia estabilidade da moeda à custa da degradação brutal da economia e das condições gerais de vida, sobretudo da vida urbana.

A diferença essencial entre as duas décadas perdidas encontra-se em uma pergunta que seria absurda no final dos 80, mas é indispensável nesse desmi-lingüir dos 90: ainda haverá possibilidade de recuperação? A pergunta é tão necessária quanto assustadora. Sua resposta não é questão de fé, mas da dissecação das realidades mais cruas, internas e externas.

A julgar por vários estudos internacionais sobre as perspectivas para a

próximo século, o Brasil não está entre as boas promessas. Muito ao contrário. Finlândia, Nova Zelândia, Austrália, "tigres asiáticos", entre outros, são os que tendem a equiparar-se às grandes potências. O Brasil andou muito para trás de desperdiçou, sobretudo na década atual, o tempo em que outros consolidaram suas estruturas econômicas e seus padrões existenciais.

Se a resposta àquela pergunta fôr necessariamente negativa, e há muitas possibilidades de que o seja, será o caso de perguntarmos também: perdidas por nós foram algumas décadas ou foi o próprio século?

Janio de Freitas,
jornalista •

Capa

2000

O admirável m

■ *Marcio Achilles Sardi*





E stamos às vésperas do ano que representa o paradigma de modernidade. A

chegada do ano 2000 não apenas cria expectativas otimistas como enterra sonhos. Pode ser o início da opção por uma sociedade mais solidária ou pela divisão irreparável entre os escolhidos do progresso e os excluídos

undo novo...

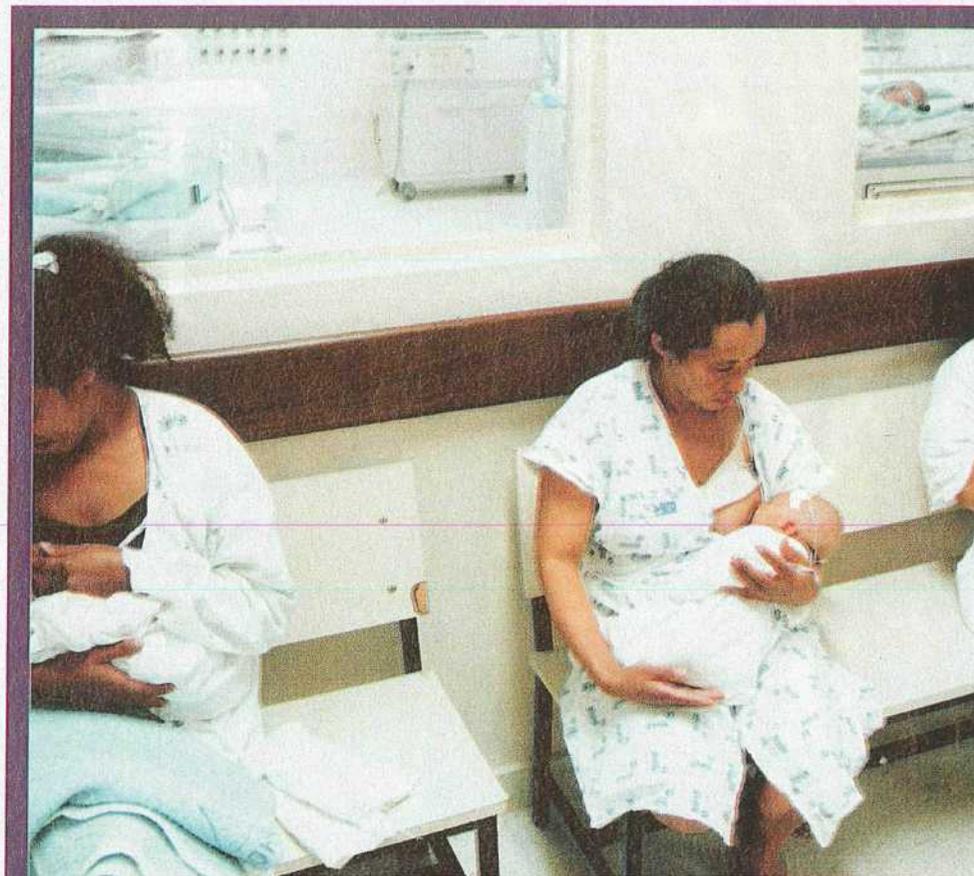
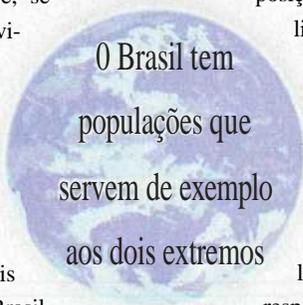


O futuro já chegou. Livros e filmes de ficção científica, previsões de futurólogos e cientistas, místicos e religiosos em geral, historiadores e, de resto, todas as pessoas que criam expectativas sobre os dias que virão, elegeram o ano 2000 como paradigma da modernidade. A chegada do terceiro milênio significa o admirável mundo novo para alguns, a era de aquário para outros, o fim dos tempos para os mais catastróficos.

Às vésperas do novo milênio, e talvez exatamente por isso, a humanidade se defronta com escolhas paradoxais para seu futuro. Se parcelas pouco numerosas da população mundial já vivem dias dignos dos desenhos mais otimistas sobre o avanço da tecnologia, boa parte dos moradores dos países pobres ainda sofre os mesmos problemas da Idade Média. Desemprego, analfabetismo, mortalidade infantil e desnutrição são a face oposta das moedas cunhadas sob o símbolo da produtividade, informações em tempo real, longevidade e opulência.

O Brasil, com uma das piores distribuições de renda do mundo, tem parcelas de sua população que servem de exemplo a qualquer um dos dois extremos. Há tempos não declaramos guerra a ninguém (a propósito de outra dicotomia, que são as guerras crescentes em contraponto ao crescimento da cultura de paz), mas em compensação a desagregação social provoca o surgimento de verdadeiras guerras de guerrilha nas cidades e no campo.

Se temos 100% de crianças vacinadas contra sarampo e tuberculose, segundo o relatório do desenvolvimento humano de 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), também temos taxas de mortalidade infantil e materna superiores a muitos países das regiões mais pobres da África e Ásia - no Brasil, morrem 37 crianças a cada mil nascidos vivos e 220 mães a cada 100 mil partos. Enquanto nosso Produto Nacional Bruto, de US\$ 784 bilhões em 1997, era o oitavo do mundo, sua divisão per capita era apenas a 41ª, com a média de US\$ 4.790 por pessoa. Em maior ou menor grau, essa diferença se reflete entre países, entre regiões de um mesmo país, entre



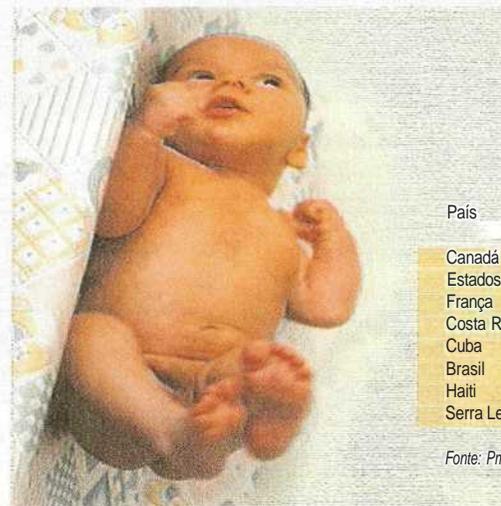
A expectativa de vida aumentou em praticamente todos os países, mas a mortalidade infantil e a desnutrição

os habitantes de uma mesma cidade. Em todo o mundo.

Segundo a antropóloga Iara Pietricovsky, assessora de política internacional do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o avanço da humanidade está restrito a poucos grupos "em decorrência de uma opção de hegemonia do mercado como grande valor das relações humanas". Ela detalha essa imposição hegemônica: "A perspectiva liberal elege a economia como fator essencial, e isso produz a exclusão social, em que mais da metade da população do mundo está excluída do bem-estar produzido".

Assim, na opinião de Iara, a lógica liberal tem ampla parcela de responsabilidade sobre os caminhos opostos a partir dos quais a sociedade mundial vai escolher seus destinos. "A humanidade vai ter algum tipo de confronto com uma realidade em que, por exemplo, 56% da população das Américas estão abaixo da linha de pobreza", afirma a antropóloga, para em seguida perguntar: "Que tipo de sociedade estamos construindo?".

Escolhas Nessa encruzilhada, convivem opções contraditórias. As guerras entre nações nunca foram tão numerosas quanto hoje. Países batalham entre si, povos lutam por autodeterminação, exércitos invadem e anexam territórios. Ao mesmo tempo, a cultura da paz tem crescido entre entidades e nações. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lançou o Manifesto 2000, "um instrumento de comprometimento indi-



País

Canadá
Estados Unidos
França
Costa Rica
Cuba
Brasil
Haiti
Serra Leão

Fonte: Pnud



continuam muito altas, inclusive no Brasil

remonta ao período entre as duas grandes guerras mundiais. O tema foi retomado a partir da década de 80 com a reordenação geopolítica mundial provocada pelo fim do bloco soviético e trouxe consigo, também, uma nova discussão sobre o nacionalismo. "Numa guerra em que se busca reafirmar a identidade, a tendência é cair na radicalização", avalia a antropóloga.

Se o fim do século concentra grande volume de guerras, guerrilhas e conflitos civis em todos os continentes, a antropóloga Sônia Corrêa, do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Econômicos (Ibase), e o professor Eduardo Viola, do departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), avaliam que, ao menos, a hu-

manidade entrará no novo século sem uma das terríveis possibilidades que acompanharam a vida do planeta na segunda metade do século XX: o fim dos tempos através de uma guerra nuclear. O professor avalia que o afastamento dessa possibilidade é o grande indicador macro-histórico do século, ao lado do reordenamento político e econômico europeu.

Paradoxos Podemos comemorar o fim da ameaça nuclear, mas devemos lamentar uma lógica de exclusão social que vitima mais da metade da humanidade. Eduardo Viola teoriza que o mundo divide as pessoas em três categorias, especialmente de acordo com seu país de origem: os globalizados, cerca de um bilhão;

Renda dos 20% mais ricos é 74 vezes maior que a dos pobres

vidual com a paz e os direitos humanos", em preparação ao Ano Internacional da Cultura da Paz.

Em contraposição à violência crescente, que pode ser identificada nas guerras multinacionais, mas também nas ruas das cidades e até mesmo dentro de casa, a Unesco propõe uma "atitude individual" de busca da paz (leia matéria à página 14).

Iara Pietricovsky observa que "a discussão sobre guerra e paz não é recente", mas

A edição de 1999 do relatório do desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) imagina que o crescimento econômico promovido pela globalização "oferece um enorme potencial para erradicar a pobreza no século XXI". Mas a própria ONU reconhece que "a globalização atual está guiada pela expansão do mercado".

Os números não deixam dúvidas. De um lado, segundo o relatório, as bolsas de

valores movimentam montantes superiores a US\$ 1,5 bilhão em apenas um dia. De outro, 80 países - quase metade dos estados nacionais - diminuíram seus rendimentos per capita em relação há 10 anos ou mais.

A disparidade do fim de século, entretanto, pode ser melhor medida pela diferença entre os 20% da população mundial que vivem nos países mais ricos em contraposição aos 20% dos países mais pobres.

Segundo o Pnud, os primeiros detêm 86% do produto interno bruto (PIB) mundial, contra apenas 1% dos pobres. Respondem por 82% contra 1% das exportações. Nos investimentos estrangeiros, a diferença é de 68% contra 1%; e na posse de linhas telefônicas, os percentuais ficam em 74% e 1,5%.

Quando se fala em rendimentos pessoais, é fácil ver como o acirramento da globalização piorou os índices. O relatório revela que os 20% da população mundial que vivem nos países mais ricos ganhava, em 1960, 30 vezes mais que os 20% dos países mais pobres. Em 1990, a diferença subiu para 60 contra um. Em 1997, já era de 74 para um.

Progressos nos indicadores

Esperança de vida ao nascer (em anos)	Pessoas que não devem ultrapassar 60 anos (% da população)		Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	
	1970	1997	1970	1997
72,6	79,0	9	19	6
70,7	76,7	13	14	4
71,9	78,1	11	18	5
66,7	76,0	12	58	12
69,5	75,7	13	34	7
58,7	66,8	27	95	37
47,4	53,7	50	148	92
34,4	37,2	70	206	182

os nacionalistas, dois bilhões, e os excluídos, três bilhões de pessoas. Para o professor, o próximo século pode trazer um sinal ainda mais claro dessa divisão da sociedade mundial, através da "possibilidade da bifurcação como espécie, no que se chama normalmente de incluídos e excluídos".

Indicadores sociais levantados pela Organização das Nações Unidas (ONU) fortalecem essa tese. Mais de um bilhão de pessoas não tem emprego, especialmente nos países abaixo da linha do Equador. O saneamento básico não chega a nada menos que 2,6 bilhões de pessoas. Mais de 850 milhões de adultos eram analfabetos em 1997, número semelhante ao de pessoas subalimentadas.

Mas a ONU também comemora bons índices em pontos como a esperança de vida, acesso à água potável, alfabetização, produção de alimentos per capita e outros. Assim, por paradoxal que possa parecer, essa é a época de maior conforto e de maior exclusão para a humanidade, e nisso concordam pensadores de direita e esquerda.

"É evidente que hoje a globalização é excludente, mas por outro lado nunca a hu-

manidade esteve tão bem, com tanto acesso à informação, e nunca buscou tanto a reconstrução e afirmação de valores", diz Iara Pietricovsky, do Inesc. "Na experiência humana recente os processos históricos têm sido determinados pela capacidade dos sujeitos reivindicarem seus direitos", acrescenta Sônia

Correa, do Ibase. "O caminho depende da luta de forças no mundo globalizado entre os progressistas, que têm o sentido da vida pós-materialista, e os conservadores, economicistas", completa Eduardo Viola, da UnB.

Os paradoxos que compõem essa disputa estão à vista. A época de maior produtividade na economia também gera o maior desemprego, estrutural. O ócio produtivo e o fim do trabalho são criações do mesmo mundo que gerou as megacorporações capitalistas. Ao lado dos prédios inteligentes, pessoas dormem nas ruas embaixo das pontes. O crescente culto ao corpo tem em seus opostos a desnutrição infantil e o aumento no uso de drogas. O crescimento da expectativa de vida convive com os índices de mortalidade infantil ainda preocupantes. Assim, como afirma Enaildo Viana, assessor da presidência da Legião da Boa Vontade, o

século XX "é o mais extraordinário da história humana, mas cujo avanço não aconteceu no campo humanitário".

Para Eduardo Viola, um dos componentes mais significativos nesse conflito de opostos do final de século é o oferecimento sempre maior de informações em tempo real, através da Internet. Não é apenas a persistência do analfabetismo em contraposição a isso. O professor da UnB comenta que "a informação tem uma circulação gigantesca em relação à capacidade do indivíduo processá-la". Ele explica: "Um camponês do início do século estava afundado na falta de informação; agora um jovem rico que não aprende a pensar e navega diariamente na Internet está afundado num mar de informação, mas não há muita diferença".

Liberalismo Iara Pietricovsky considera que os avanços da sociedade estejam restritos a poucos grupos "em decorrência de uma opção pelo mercado como grande valor das relações humanas". Segundo ela, "o mercado é um dado da cultura humana, existe em qualquer sociedade, mas não pode ser o agente hegemônico", como acontece na perspectiva liberal da economia.



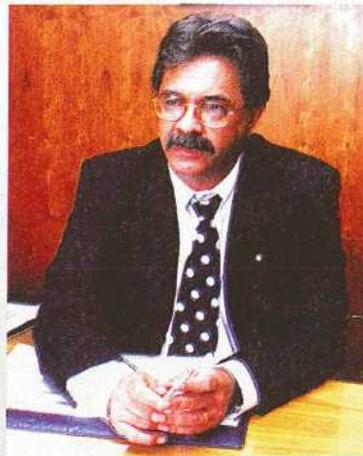
Novas perspectivas se abrem aos direitos hum

Uma das principais apostas para o novo século é o fortalecimento da luta pelos direitos humanos, com a ampliação de seus conceitos. A pesquisadora Sônia Correa, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), observa que a desigualdade não se refere apenas à diferença entre classes.

"Uma das novidades desses momentos é que se ampliou o conceito de desigualdade ao que afeta as mulheres, as relações interétnicas, os direitos dos indivíduos em sua diversidade", diz ela. O professor Eduardo Viola, da UnB, acrescenta que a retórica atual do mundo defende uma "hu-

manidade unificada, de direitos humanos universais", de maneira mais profunda que foram o socialismo e o cristianismo. No entanto, na prática, a humanidade tem se dividido entre "pessoas com capacidades múltiplas e os pobres, disfuncionais ao sistema".

Nesse contexto, o deputado federal Nilmário Miranda

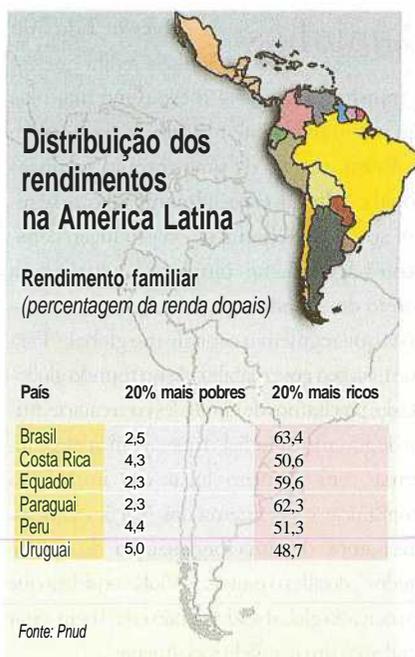


Deputado federal Nilmário Miranda

(PT-MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, avalia que a política de direitos humanos deve mudar suas prioridades. Confira trechos de entrevista do deputado à FENAE AGORA:

FA - *Quais são as perspectivas dos direitos humanos para 2000?*

Nilmário Miranda - *Os direitos humanos nesses últimos anos estiveram volta-*



Mesmo que o liberalismo tenha se tornado dominante após o colapso dos regimes comunistas do leste da Europa, a assessora do Inesc alerta que "a perspectiva socialista carrega, pelo menos, o conceito de humanidade e direitos humanos".

Sônia Correa lembra que o debate econômico atual tem buscado exatamente "articular eficiência e equidade", ou seja, a combinação entre pensamentos que prio-

rizam a economia, como o liberalismo, e as relações humanas, como o socialismo ou mesmo a social-democracia. Segundo a pesquisadora do Ibase, há várias posições fora da lógica liberal, com "propostas que questionam alguns dos seus pontos estruturais".

Hoje, no entanto, as pessoas excluídas da sociedade, em todos os sentidos, não se preocupam em saber se a ideologia dominante é de esquerda ou de direita. Querem comida, casa para morar, liberdade como indivíduos ou nação, fim da exploração sexual, fim da discriminação, trabalho, lazer, educação, tudo isso hoje...

Para isso, Iara Pietricovsky considera necessária uma "sensibilidade política conjuntural", ou seja, práticas emergenciais. "Que não podem ser perenes", alerta ela, mas "respaldadas em políticas" governamentais.

Na opinião da assessora do Inesc, a solução definitiva, caso ocorra, será possível apenas em duas ou três gerações. E sob outra situação. "Qualquer solução dentro da con-

juntura política e econômica mundial atual será sempre um remendo, uma pequena reforma", acredita ela. "A mudança tem que ser estrutural. Não é possível que a humanidade resolva o problema da exclusão social se não mudar a forma de produção, os padrões de consumo do Primeiro Mundo, o uso dos recursos naturais", acrescenta.

Mutação Dessa forma, Iara estima que "a humanidade vai ter algum confronto extremamente duro com essa realidade" de exclusão, que poderá dar início a uma solução para a desigualdade. Segundo ela, "os detentores do capital, as classes médias, as burguesias não têm muro que elevem para se defender que seja suficiente para resolver essa enormidade de miséria".

O físico austríaco Fritjof Capra, em seu livro "O ponto de mutação", publicado em 1982, identifica essa necessidade de mudança até mesmo através das leis da física. Capra escreve que a visão atual do mundo, que ele

nos no mundo

dos aos direitos civis e políticos. O neoliberalismo agravou a concentração de renda e a exclusão, e por isso precisamos evoluir para a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais. Os direitos econômicos seriam trabalho, moradia, vestuário, alimentação. Os direitos sociais são a seguridade social, assistência social, saúde como dever do Estado e direito de todos, família, situações de risco. Os culturais são o acesso aos progressos científicos, o fim da discriminação.

FA - A globalização é aliada ou inimiga dessa nova perspectiva?



Miranda - A globalização apenas piorou a situação dos direitos humanos. Agora, a mundialização da comunicação pode ser positiva. Temos que resolver os problemas em escala mundial. Isso implica na regulação dos mercados, na reforma dos organismos internacionais como a ONU, BID, Bird, FMI.

FA - O ano 2000 pode significar o começo dessa mudança?

Miranda - A chance é agora. Há uma tradição secular de mudanças nas viradas de século, porque são datas que naturalmente nos fazem refletir. Precisamos partir para um novo pacto ético, porque o caminho que trilhamos até agora não deu certo.

identifica como derivada direta do pensamento cartesiano, passou a ser "severamente questionada e tem mostrado sérias limitações" desde as novas teorias de Albert Einstein no campo da física, o que exige uma revisão radical dos paradigmas existentes.

"A sobrevivência humana só será possível se formos capazes de mudar radicalmente os métodos e os valores subjacentes à nossa cultura individualista e materialista atual", alerta o físico austríaco. Em seu livro posterior, "A teia da vida", Capra chama o novo paradigma de ecológico, para representar a interdependência dos fenômenos do planeta, em substituição ao termo holístico, que, segundo ele, tem adquirido significados extremamente ma-

terialistas.

O padre Manoel Godóy, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), critica também a apropriação comercial do ano 2000, "um ano como os demais, por mais importante que seja". Ele espera que a chegada a esse ano paradigmático, ao menos, seja a oportunidade da humanidade buscar "soluções mais estruturais em vez de ficar voltada para meros aspectos conjunturais".

Da mesma opinião é Enaildo Viana, da LBV, para quem "o ano 2000 ou o terceiro milênio não vão trazer nenhuma transformação só por causa do calendário". No entanto, ele acredita que o terceiro milênio vai representar "uma volta a valores que o homem abandonou".

Organizações internacionais lançam campanhas pela paz

Fim da violência pressupõe "postura individual"

A pomba da paz estará pairando sobre o ano 2000. Várias entidades preparam campanha pelo fim da violência.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) lança o Ano Internacional da Cultura de Paz, "um instrumento de comprometimento individual com a paz e os direitos humanos". A Igreja Católica comemora o Jubileu 2000, que busca o compromisso dos católicos para "participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança". Até Pelé, o atleta do século, estuda criar uma fundação para a paz, a ser lançada em 2002.

A Unesco também criou o Manifesto 2000, abaixo-assinado que integra suas ações. O representante da entidade no Brasil, Jorge Werthein, comenta que "a violência tem tido grande visibilidade, e isso gera indignação em muitas pessoas".

O manifesto é o estímulo ao compromisso individual contra a violência. "É a postura individual que vai, inclusive, de-

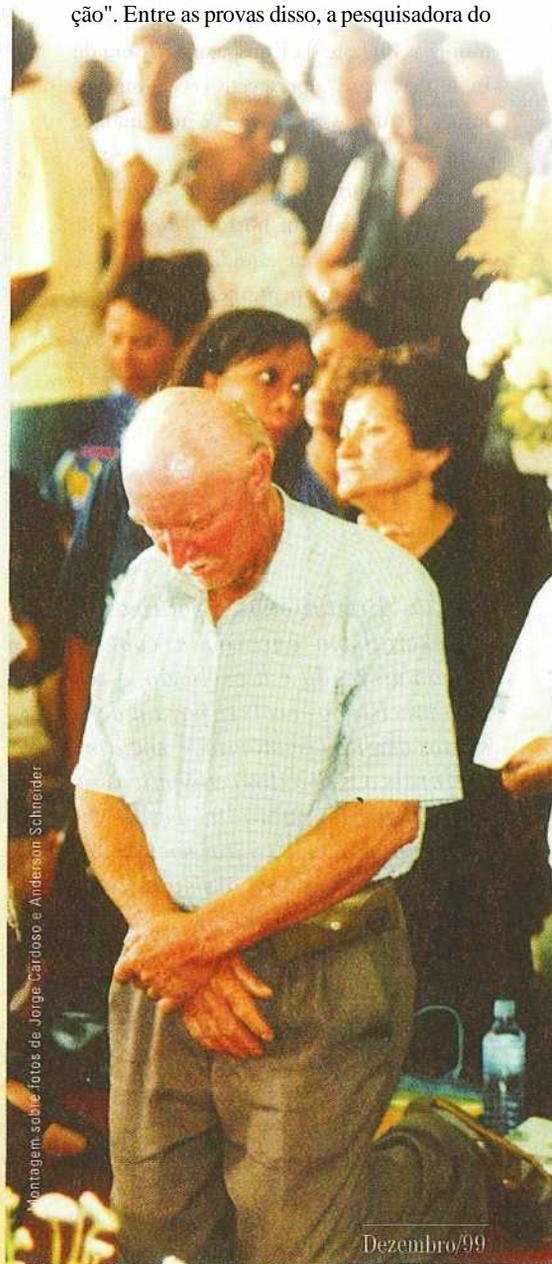
terminar as tendências e opções coletivas", diz Werthein. Aos governos, segundo ele, cabe "buscar saídas para as questões relativas ao emprego, saúde, educação, cultura, ciência, meio-ambiente, tecnologia, justiça etc, e a sociedade deve participar, cobrar, reivindicar, contribuir".

O padre Manoel Godoy, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), explica que a Igreja Católica "propõe a reforma agrária, a melhor distribuição de rendas, o direito de casas para todos, entre outras coisas no campo social", já que "há uma consciência de que a causa das guerras é de fundo social". Segundo Godoy, o diálogo para combater a violência "deve começar a partir dos que estão próximos".

Já Enaildo Viana, assessor da presidência da Legião da Boa Vontade, considera que o surgimento de uma preocupação maior com a paz no final do século, ao mesmo tempo em que as guerras e a violência têm aumentado, significa que "a humanidade está passando por um processo de transformação muito grande".

Caminhos O professor Eduardo Viola acredita que essa transformação - até mesmo interna, mas não necessariamente mística - vai acontecer, no Brasil, através de uma revolução educacional e cultural, especialmente no que se refere ao que ele chama de "reprodução consciente". Igualmente complexa, a solução para o resto do mundo seria a criação de instituições que regulem o capitalismo global. "Para que haja boa governabilidade no mundo globalizado, precisamos de entidades com características de governo mundial, o que significa várias reformas, em primeiro lugar das instituições econômicas e no sistema das Nações Unidas. Precisamos de uma organização dos povos unidos", detalha o professor. Viola considera que "o mercado global sozinho não cria o bem-estar geral, mas sim regulado socialmente".

Otimista, Sônia Correa vislumbra que "as perspectivas apontam para a humanização". Entre as provas disso, a pesquisadora do



Montagem sobre fotos de Jorge Cardoso e Anderson Schneider

Indicadores sociais

País	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Alfabetização de adultos (em %)	PIB per capita (em dólares)
Canadá	79,0	98,3	22.480
Estados Unidos	76,7	99,0	29.010
França	78,1	99,0	22.030
Costa Rica	76,0	95,1	6.650
Cuba	75,7	95,9	3.100
Brasil	66,8	84,0	6.480
Haiti	53,7	45,8	960
Serra Leoa	37,2	33,3	410

Fonte: PNUD

Ibase cita a mudança no eixo do debate econômico, a disponibilidade de recursos econômicos, técnicos e científicos, as "dinâmicas democráticas em curso na maioria dos países" e a articulação maior da sociedade civil, entre outros.

Já Iara Pietricovsky complementa que ninguém tem a resposta sobre o caminho que a humanidade vai seguir a partir de agora, superando ou não suas contradições e desigualdades. "É

preciso reordenar as perspectivas humanas, mas para isso ainda vamos caminhar por muitas guerras, debates, instabilidade econômica, mudanças de mentalidade fundamentais".

No entanto, uma coisa é certa: no caminho bifurcado em que se encontra, a sociedade mundial terá que decidir, em breve, qual direção tomar e se essa travessia, que ganha força no ano 2000, inclui todos os passageiros do planeta.

Místicos vêm catástrofe para o planeta em maio de 2000

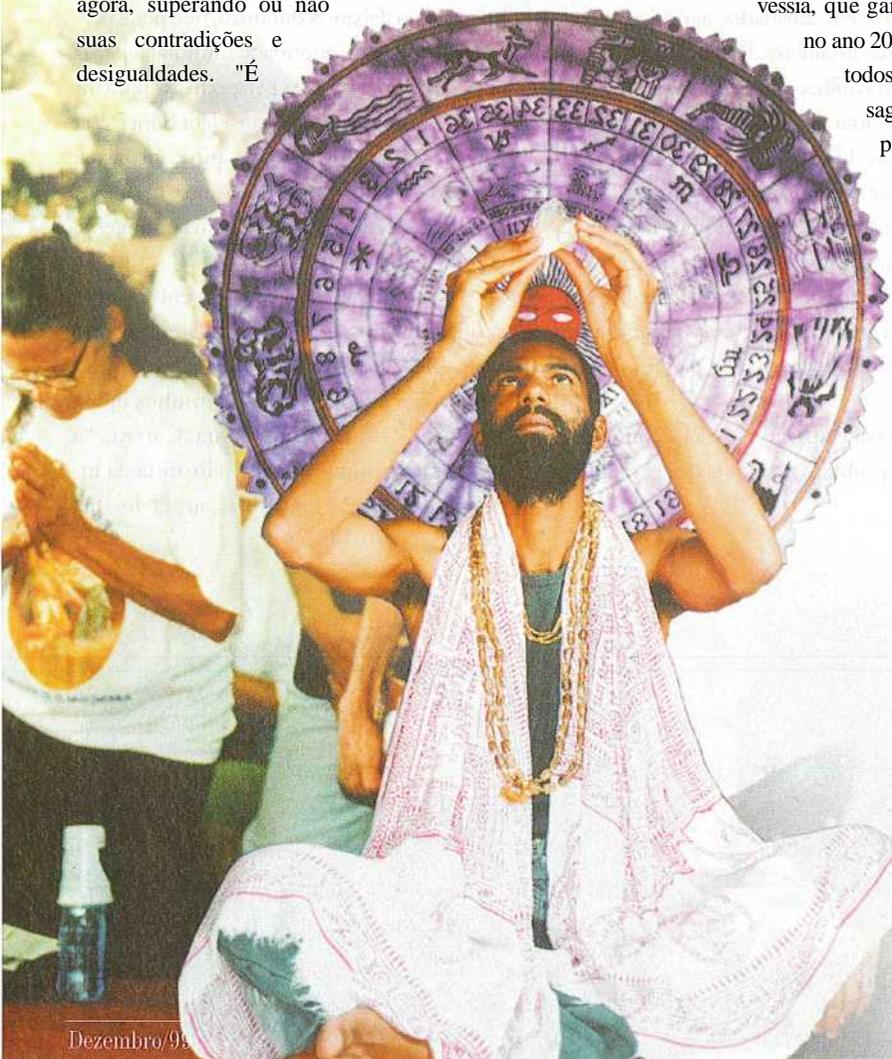
O mundo já esteve para acabar várias vezes, mas nunca os partidários da catástrofe tiveram tanta certeza de suas previsões quanto nos arredores do ano 2000. Se 1999 já foi pródigo em datas certas para o fim de tudo, o ano que vem trará ainda mais prazos fatais.

O astrólogo carioca Otávio Azevedo informa que os partidários do fim se dividem em três grandes datas: os dias quatro, 11 e 18 de maio, por coincidência, três quintas-feiras. 'Ainda há uma quinta-feira vaga nesse 'catastrófico' mês de maio do ano 2000', ironiza Azevedo em artigo publicado na Internet.

O motivo para tanta catástrofe no tradicional mês das noivas? Simples. Haverá uma grande concentração planetária no signo de touro durante todo o mês, o que pode fazer com que a Terra balance no céu "feito um balão ao vento". Azevedo, é bom que se diga, não acredita nessas previsões.

Carlos Muñoz Ferrada, astrónomo chileno, é um dos mais preocupados com o fim dos tempos em maio de 2000. Páginas na Internet dão conta de informes que Ferrada teria enviado a astrónomos americanos e de palestras que teria dado na Europa. Primeiro, suas preocupações recaíam sobre uma gigantesca massa cósmica que passaria rente à Terra em 11 de agosto de 1999. Depois, sobre um cometa gigantesco que deve dar o ar de sua graça em primeiro de janeiro de 2000. Por último, o chileno fala sobre a concentração planetária em maio de 2000.

Cometas e outros astros cósmicos, aliás, têm sido os vetores preferidos para a desgraça planetária, mais do que foi a guerra nuclear durante o período de guerra fria. De qualquer forma, é melhor esperar até maio de 2000 para se ter certeza.



Indicadores mostram aumento da exclusão

Índices de educação e saúde são preocupantes especialmente para a infância

O governo federal apóia-se na seqüência do programa de privatizações (ver matéria na página 28) para garantir o resto de estabilidade econômica que ainda mantém. O cenário traçado por economistas e pesquisadores sociais para 2000 não é nada positivo, e cresce a perspectiva do acirramento dos problemas sociais.

O administrador pernambucano Mário Júnior, especializado em administração financeira, considera que "o governo não gasta de maneira correta o que arrecada", por ser a 10ª economia mundial contra o 79º lugar no índice de desenvolvimento humano, medido pelo Pnud. Mário Júnior e Aloysio Biondi, colunista de FENAE AGORA, observam que a dívida pública está chegando a um ponto em que vai se tornar impagável, devido aos altos juros que o governo federal vem pagando para atrair capital estrangeiro.

Na visão do pernambucano, boa parte dos problemas sociais vistos no Brasil hoje deve-se

à falta de investimentos em saúde e educação. A perspectiva é negativa quando se percebe que os indicadores sociais no Brasil tendem a agravar os problemas dessas e de outras áreas sociais.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 3,7 milhões de crianças até 14 anos trabalham no Brasil, 80% em atividades agrícolas, muitas delas insalubres. Pelo trabalho e outros motivos, 1,3 milhão de crianças entre sete e 14 anos estão fora da escola e 6,6% dos adolescentes entre 15 e 17 anos são analfabetos - o equivalente a 653 mil meninos e meninas.

Se a educação não traz bons índices, na saúde a situação é pior. Todos os anos, 108 mil crianças morrem no Brasil antes de completar um ano. Nosso desempenho é pior do que o verificado em muitos países mais pobres.

O Brasil é apenas o exemplo mais gritante de problemas sociais que, em maior

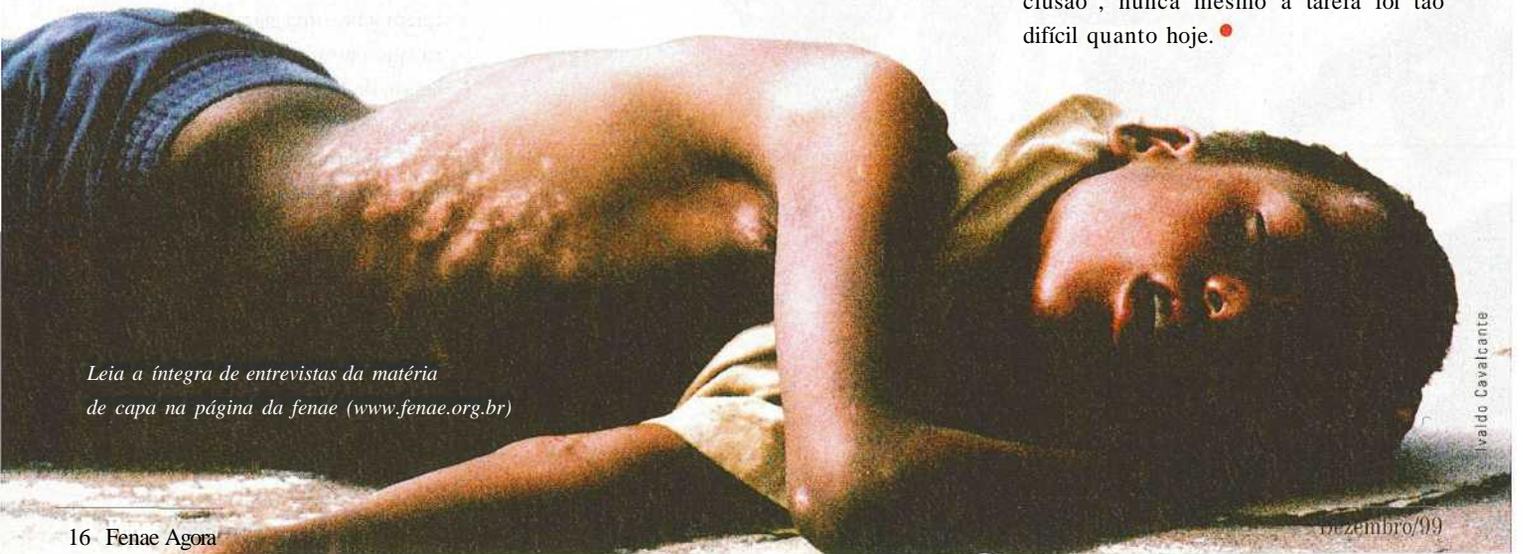
ou menor escala, acontecem em praticamente todo o mundo. Sônia Correa, do Ibase, lembra que, já em 1990, o relatório sobre desenvolvimento humano do Pnud apontava o Brasil como "o país das oportunidades perdidas".

Para ela, nos últimos anos houve um novo direcionamento no debate econômico, que pode permitir uma nova prioridade mundial a partir dos próximos anos. "As perspectivas apontam para a humanização", considera Sônia. Ela adverte, porém, que "o cenário é favorável, mas a tarefa é complexa", já que os excluídos do progresso do mundo são um contingente cada vez maior.

Nessa perspectiva de luta entre forças contraditórias, a humanidade entrará no ano 2000, todo cercado de paradigmas, tendo que escolher entre caminhos opostos. Se, como afirma Sônia Correa, "a história da humanidade é a história da inclusão", nunca mesmo a tarefa foi tão difícil quanto hoje. ●



3,7 milhões de
crianças até 14
anos trabalham
no Brasil



Leia a íntegra de entrevistas da matéria
de capa na página da fenae (www.fenae.org.br)

Antônio, o brasileiro

Uma história de vida feita de muito trabalho, conquistas, decepções e esperanças

Antônio José Dias, 51 anos, um cidadão anônimo com uma história de vida identificada com a maioria dos 166 milhões de brasileiros dessa virada de milênio: desde cedo, muito trabalho, busca incessante de melhoria de vida, decepções, esperanças...

Nascido em 1948, na cidade de Barreiras (BA), aos 19 anos Antônio saiu para buscar melhor sorte na recém-criada capital federal, Brasília. Trabalhou por dois anos em jardinagem na Esplanada dos Ministérios, na torre de TV, na catedral e nas superquadras. Em 1971 serviu ao Exército e, nos dois anos seguintes, trabalhou em supermercados. Em 74, foi para a construção civil, "pra obra", como ele diz. Ficou nesse ramo até 1995 - foi "fichado" como ajudante de pedreiro durante um ano e aprendeu a profissão. Mas, para começar como pedreiro, teve que "esquentar a carteira" como se tivesse trabalhado antes no Rio de Janeiro. De carteira "esquentada" na mão, foi para Americana (SP) e retornou a Brasília no dia 12 de junho de 1995.

Nessa época, foi a Barreiras, onde "já tinha conhecimento" e, nos 15 dias de duração da visita à cidade, deixou acertado o casamento com uma moça de lá. Seis meses depois voltou para sacramentar o compromisso. Foi morar com a esposa em Planaltina, cidade-satélite de Brasília. Já experiente como pedreiro, ergueu um prédio próprio, com 320

m² de área construída - duas residências em baixo e duas em cima. Participou de obras importantes em embaixadas e prédios do Plano Piloto. Mas a que lhe causa mais orgulho é a do prédio do Banco Central: "comecei na terra e fui até o último andar como pedreiro de concreto", conta ele. Já como mestre de obras,



Antônio deixou a profissão de pedreiro em 95 e agora vende cachorro-quente em Brasília

trabalhou também em São Paulo, Belo Horizonte, Vitória e Goiânia.

Com o resultado do seu trabalho e dos aluguéis das residências que construiu, adquiriu alguns lotes no Distrito Federal e levava uma vida relativamente tranquila. A essa altura já estava com sua família formada, com três filhos - um homem (hoje com 23 anos) e duas mulheres (22 e 18 anos).

Mas o destino impôs à vida de Antônio um grande revés. Em 1995, quando "faltavam sete dias para 20 anos de casado", veio a separação da esposa e o desmoronamento do lar que havia construído. Ao falar do motivo, o hoje ex-pedreiro mostra-se reticente. Diz apenas que a mulher "perdeu o juízo". "Ela ainda fez a cabeça dos nossos filhos e só a caçula voltou a falar comigo", conta sem conseguir esconder amargura.

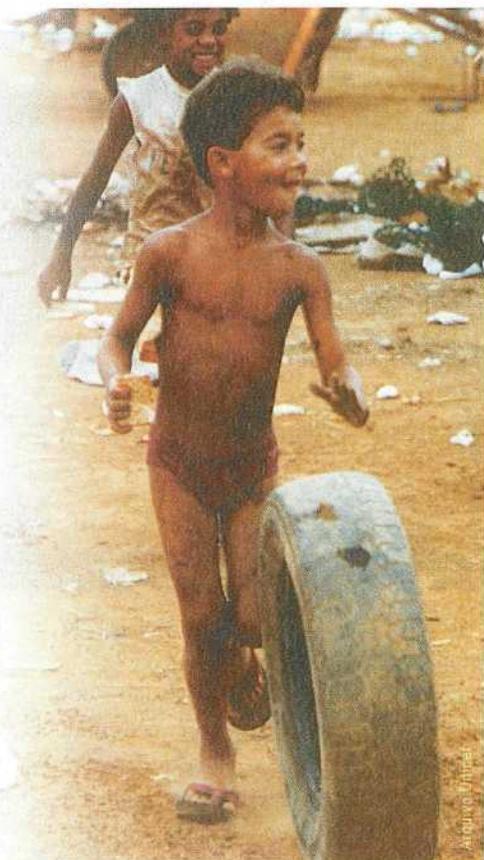
A partilha de bens foi decidida judicialmente. Depois de uma longa disputa, sem acordo, o juiz determinou que os bens deveriam ir a leilão. O prédio de Planaltina e os

lotes, que valiam cerca de R\$ 80 mil, no leilão saíram por R\$ 35 mil. Da parte que lhe coube, foi feito o pagamento do advogado e sobrou-lhe apenas R\$ 8 mil. Antônio comprou um veículo para transporte de passageiro e trabalhou um certo tempo nesse ramo, em sucesso. Agora tem uma perua adaptada para a venda de cachorro-quente. No início de novembro, começou a fazer ponto em um estacionamento no Setor Comercial Sul (Plano Piloto). Chega às 7h e vai até as 19h, depois vai para um local próximo à rodoviária de Brasília e fica até 22h30. Mora "de favor" na casa de um tio, em Planaltina.

Antônio comprou um lote em um dos assentamentos do governo do DF e já está começando a construir sua casa. Está namorando com uma mulher 10 anos mais nova, também desquitada e com três filhos. "Estou recomeçando a minha vida, praticamente do zero", diz ele, revelando o fio de esperança que ainda traz consigo. ●

Missão: criança

Campanha dos empregados da Caixa Econômica Federal contra o trabalho infantil no lixo começa em estados da região Nordeste



Arapiraca, interior de Alagoas. Mais de 6.500 crianças cumprem todos os dias a mesma rotina. Não vão para a escola nem brincam com seus amigos. Trabalham na indústria de fumo da região, de sol a sol.

A situação dos meninos e meninas de Arapiraca é tão preocupante que foi escolhida como uma das linhas de frente da campanha Criança no Lixo, Nunca Mais, iniciativa do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, do qual a Fenae faz parte.

Na última semana de outubro, diretores

da federação foram à cidade conhecer a situação dos pequenos trabalhadores e discutir alternativas de rendimento às suas famílias. Carlos Borges e Aparecida Diniz conversaram com o vice-prefeito do município, representantes de secretarias estaduais e membros de organizações não-governamentais ligadas ao combate ao trabalho infantil.

Empregados Também estavam na reunião representantes das associações dos empregados da Caixa (Apcef) de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A parceria dos empregados da Caixa com a luta pela erradicação do trabalho infantil, aliás, vai começar nesses quatro estados.

Em seguida, com a consolidação da campanha, mais estados começarão a fazer parte dessa tarefa, progressivamente. O projeto também prevê a participação do poder público e, prioritariamente, da sociedade.

A campanha destina recursos financeiros, através da bolsa-escola, para que as famílias possam tirar seus filhos dos lixões e mantê-los na escola. A estimativa da entidade Missão Criança, gerida pelo ex-governador Cristovam Buarque (DF), é de que quatro milhões de crianças estejam fora da escola, trabalhando.

Parte dos recursos arrecadados na campanha será destinada prioritariamente a Alagoas, devido à situação de extrema exploração pela qual passam as crianças que trabalham na indústria fumageira em Arapiraca. Quando os diretores da Fenae estiverem na cidade, por exemplo, muitas das crianças estavam trabalhando em casa, para burlar a fiscalização trabalhista. ●

Habitação popular é uma necessidade

As ações governamentais na área habitacional têm sido uma sucessão de fracassos

Ninguém discorda: a habitação atravessa no Brasil uma situação quase caótica. Estima-se em quase 13 milhões o déficit de moradias. Esse número não se refere apenas à escassez de unidades, cujo volume chega a cinco milhões, mas envolve também o universo de milhares de habitantes urbanos e rurais que não têm acesso a água encanada e a serviços de esgoto sanitário. Projeções realizadas por instituições independentes indicam a necessidade de investimentos pesados e urgentes: quanto mais tempo se perde, novos problemas surgem e se torna mais difícil a solução de problemas antigos.

Uma das primeiras tentativas no Brasil de se traçar um plano nacional de acesso à casa própria surgiu durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, no período de 1946 a 1951. Época de fim do Estado Novo, quando foi criada a Fundação da Casa Popular. As fontes de financiamento previstas seriam constituídas de doações, contribuições e transferências do Tesouro, empréstimos compulsórios de pessoas físicas que adquirissem terreno de valor superior a 200 mil cruzeiros ou construíssem em reas maiores que 200 metros quadrados.

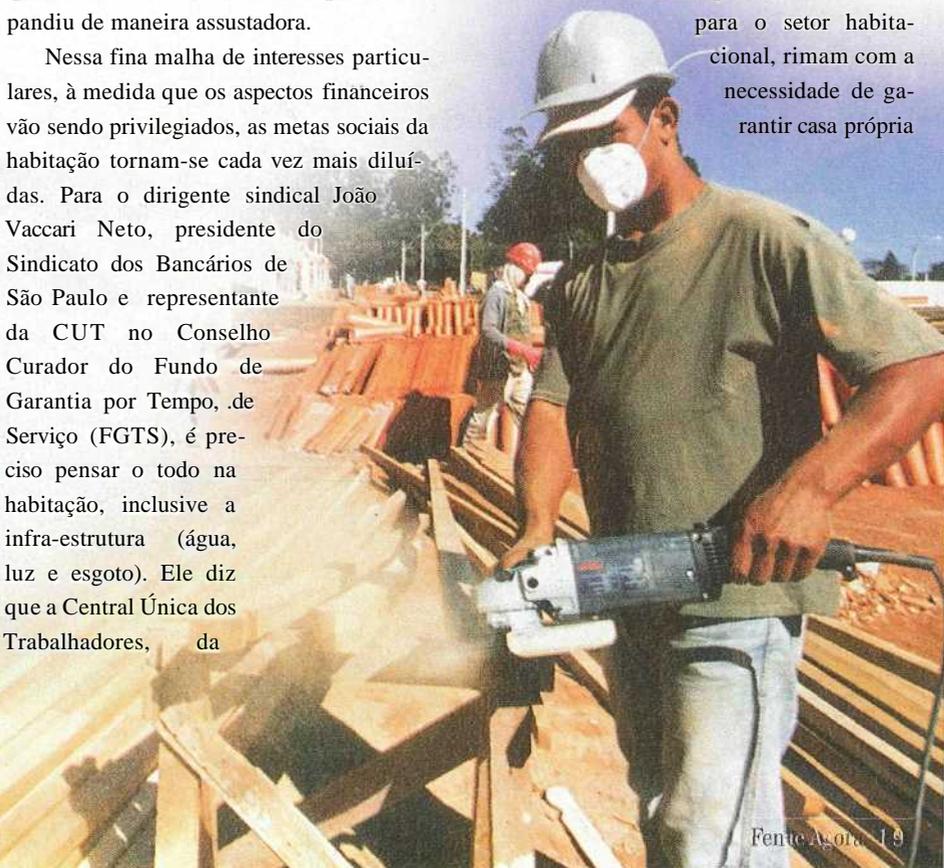
De lá para cá, a política nacional de

habitação tem sido uma sucessão de fracassos. Quadro esse provocado por uma realidade perversa em que as relações de interesses entre os órgãos governamentais responsáveis pelo setor de habitação e a iniciativa privada tornaram-se cada vez mais estreitas, no decorrer dos últimos anos, enquanto o déficit habitacional do país se expandiu de maneira assustadora.

Nessa fina malha de interesses particulares, à medida que os aspectos financeiros vão sendo privilegiados, as metas sociais da habitação tornam-se cada vez mais diluídas. Para o dirigente sindical João Vaccari Neto, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e representante da CUT no Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo, de Serviço (FGTS), é preciso pensar o todo na habitação, inclusive a infra-estrutura (água, luz e esgoto). Ele diz que a Central Única dos Trabalhadores, da

qual é o vice-presidente nacional, tem feito esforço gigantesco para que os recursos do FGTS sejam usados para o fortalecimento e financiamento de habitação popular, visando atender prioritariamente as famílias de baixa renda.

Fontes de financiamento, aliás, aliadas a uma política clara e eficaz para o setor habitacional, rimam com a necessidade de garantir casa própria



a quem tem dificuldades em obtê-la pelas regras de mercado. Por ser um bem de produção e distribuição complexas, a habitação precisa ser financiada. Atualmente, pelo menos em tese, o país conta com quatro dessas fontes: FGTS, cadernetas de poupança (vinculadas ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos - SBPE), dotação orçamentária da União e recursos das próprias construtoras. Tudo isso num contexto de crise econômica, desemprego e de forte e permanente arrocho salarial contra os trabalhadores.

Objetivos Atender massivamente as camadas mais necessitadas da população é um objetivo que precisa ser perseguido com urgência. Décadas passadas, embora boa parte dos lançamentos imobiliários tenha recebido a rubrica do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), apenas 20% dos recursos do FGTS foram efetivamente utilizados na produção de moradias populares. Dados do próprio governo indicam que, em 30 anos de existência, o SFH destinou apenas 3% dos recursos a famílias com renda média inferior a três salários mínimos, numa prova de que os níveis de investimentos em habitação no Brasil, especialmente para o setor mais carente da sociedade, são baixíssimos.

Os últimos anos trouxeram novas dificuldades, advindas do quadro recessivo que se instalou na economia nacional desde a adoção do Plano Real, a partir do ano de 1994. A diminuição gradativa na arrecadação do FGTS, conforme noticiado pela grande imprensa, é citada por Vaccari Neto como resultado de uma política de flexibilização de direitos e do aumento crescente do desemprego.

Numa ação conjugada, verdade seja dita, recessão significa menos recolhimento e mais saques do FGTS, menos depósitos nas cadernetas de poupança e mais inadimplência dos mutuários. Com isso reduz-se drasticamente o volume de recursos disponíveis para produção de novas moradias e para a melhoria daquelas que carecem de saneamento básico e infraestrutura urbana. O secretário-executivo da Associação Brasileira de Cohabs (ABC), Manuel Barbosa de Arruda, denuncia: "Nos últimos anos, dos recursos do FGTS alocados e previstos para atendimento às famílias de baixo poder aquisitivo, com rendimentos mensais entre um e três salários mínimos, somente 9,9% foram efetivamente aplicados. Para as famílias cuja renda se situa entre nove e 12 salários mínimos,

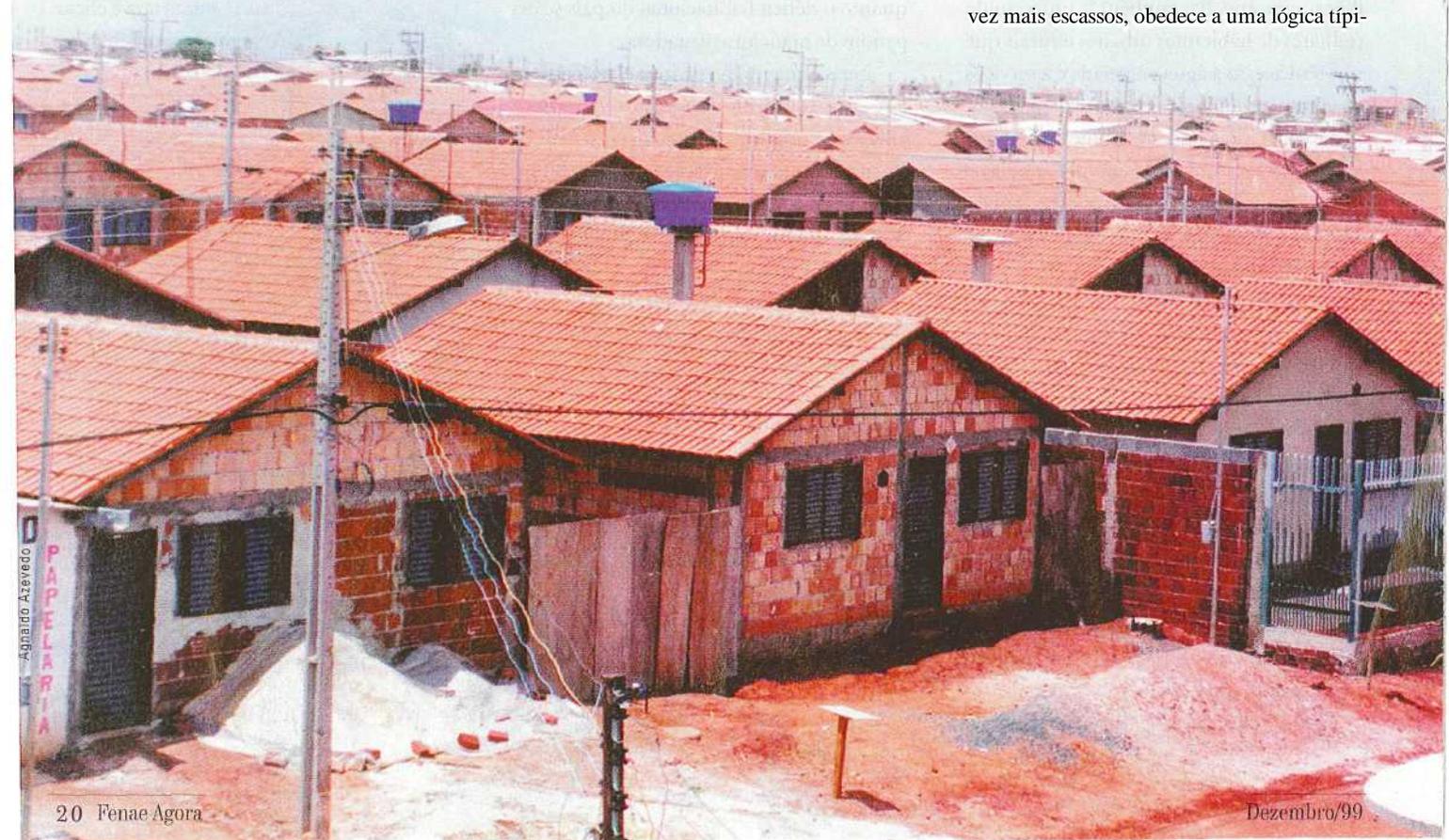
este percentual subiu para 200,94%. Moral da história: o dinheiro do trabalhador que é gerido pelo setor público não está beneficiando o segmento social que depende de apoio governamental para solucionar os seus graves problemas habitacionais".

De fato, habitação de boa qualidade exige recursos. O governo federal divulga alguns números, conforme noticiou Fenae Agora em sua edição anterior, e revela intenção de aplicar - entre 1996 e 1999 - R\$ 21,5 bilhões no setor habitacional, com o objetivo de beneficiar 13 milhão

de famílias com recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União. No entanto, o secretário-executivo da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur), Adail Carvalho, acredita ser grande o risco do governo vir a repetir erros anteriores, haja vista que o investimento anunciado não é acompanhado por uma nova política habitacional. Ele opina: 'A crise habitacional tem paralelo com a crise econômica, embora uma não seja consequência da outra. É preciso que haja política pública para o setor. O maior buraco ocorre na esfera federal. Nas esferas estaduais e municipais, a situação é menos caótica. A aplicação em habitação dos recursos do Orçamento Geral da União, apesar de cada vez mais escassos, obedece a uma lógica típi-

O país conta com quatro fontes de financiamento em habitação

investimento anunciado não é acompanhado por uma nova política habitacional. Ele opina: 'A crise habitacional tem paralelo com a crise econômica, embora uma não seja consequência da outra. É preciso que haja política pública para o setor. O maior buraco ocorre na esfera federal. Nas esferas estaduais e municipais, a situação é menos caótica. A aplicação em habitação dos recursos do Orçamento Geral da União, apesar de cada vez mais escassos, obedece a uma lógica típi-



ca de clientelismo. O maior volume ainda provém do FGTS".

A especulação da terra nas cidades de médio e grande porte, bem como nas zonas interioranas e rurais, talvez seja uma das principais fontes geradoras da crise habitacional aguda que aflora neste final dos anos 90. Esta situação de crise se estende até mesmo à classe média, às voltas com dificuldades de aluguel e com o colapso de programas como o Plano de Arrendamento Residencial (PAR), que direciona os recursos da habitação para uma população de classe média na faixa acima de seis salários mínimos. "Isso acontece porque falta política. Uma política que determine diretrizes, utilização de recursos e direcione, da melhor maneira, a produção de moradias. O governo tem que pensar com mais afinco nos aspectos sociais, porque cada vez mais as cidades ficam inchadas. Daí ser necessário encontrar uma solução para todo o ambiente produtivo do país", sentencia Manuel Arruda, da ABC.

Esforço

A tarefa de subsidiar moradias para a população brasileira de baixa renda conjuga-se, portanto, ao esforço mais geral de ampliar o processo de democratização do país, inclusive no plano econômico e político. Vale, neste caso, mirar-se em exemplos de alguns países do Primeiro Mundo. Os Estados Unidos, segundo Manuel Arruda, produz

FGTS deve facilitar acesso à moradia

CUT denuncia calote geral contra os trabalhadores

Criado para substituir a estabilidade no emprego garantida a todos os trabalhadores até 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi instituído por um decreto-lei do presidente Castelo Branco. A nova lei estabeleceu a constituição de um fundo, administrado pelo então Banco Nacional de Habitação (BNH), resultante dos recolhimentos mensais feitos pelos empregadores de 8% das remunerações pagas aos empregados. Com o fim do BNH, cabe hoje ao Conselho Curador do FGTS estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do fundo.

A crise no setor habitacional, manifestada de maneira inequívoca a partir de 1996 com o desemprego, aumenta os saques no FGTS e nas cadernetas de poupança - estas e aquele usados no financiamento da produção de moradias e na melhoria do saneamento e da infraestrutura urbana. O secretário-executivo da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur), Adail Carvalho, defende a utilização do FGTS na garantia de acesso à terra e à moradia para a população brasileira, especialmente a de mais baixa renda. Segundo ele, "os recursos do FGTS não podem ser fonte de benefícios aos ricos e poderosos. Acho oportuno, inclusive, que o FGTS seja usado de fato no financiamento das necessidades sociais de infraestrutura e condeno qualquer utilização fora disso".

Para Manuel Barbosa de Arruda, secretário-executivo da Associação Brasileira de Cohabs (ABC), muito coisa poderia ser feita além daquilo que a Caixa Econômica Federal já faz com programas como Carta do Crédito e Plano de Arrendamento Residencial (PAR). Ele é



da opinião que os recursos do FGTS poderiam ser investidos em uma política de habitação e não apenas em programas isolados.

Há décadas o governo federal vem patrocinando uma política de sucatear o financiamento do sistema habitacional. Essa situação tende a se agravar mais ainda caso se concretizem as mudanças no FGTS propostas pelo Ministério do Trabalho. A idéia é unificar o FGTS com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e transferir a multa de 40% sobre o FGTS, em caso de demissão, para um fundo do governo e não mais para o bolso do desempregado.

João Vaccari Neto, vice-presidente nacional da CUT e representante da central no Conselho Curador do FGTS, classifica essas mudanças de calote geral. Vaccari acusa o governo de estar planejando acabar com o FGTS e se apropriar dos saldos hoje existentes, no valor de R\$ 73 bilhões. Eis sua receita: "Volto a insistir que os recursos do FGTS sejam utilizados, especialmente, na habitação para trabalhadores de baixa renda".



Falta base institucional mínima para a habitação

"O rombo com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) precisa ser melhor explicado para a sociedade". O alerta é de Adail Carvalho, secretário-executivo da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur). Ele diz que as prestações subiram com base na avaliação salarial. "Na proporção inversa à queda dos salários dos trabalhadores ocorreu, em consequência, um aumento nas prestações da casa própria".

O próprio noticiário da grande imprensa indiretamente assina embaixo: agora em dezembro, nos contratos de equivalência salarial, as prestações da casa própria do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) terão reajustes de até 10,56%. Enquanto isso, os salários da maioria dos trabalhadores que tomou financiamento habitacional na década de 90 não sobem há mais de quatro anos.

Quem tomou crédito do SFH até 1986 tem cobertura do FCVS. Havendo resíduo no fim do contrato, o fundo paga a dívida no lugar do mutuário. Em março deste ano, a dívida vencida do FCVS chegava a R\$ 17,5 bilhões, dos quais cerca da metade foi securitizada pelo Tesouro Nacional. Outros R\$ 14,5 bilhões, embora não-vencidos, eram dívida já reconhecida, referente a contrato de financiamento que já tinha chegado a seu final. Agora, o governo restringe o subsídio à aquisição de imóveis de menor valor.

Com isso fica caracterizado que falta ao Brasil uma base institucional mínima para o setor da habitação. E nessa área não há, por parte do governo, qualquer sinal para definir a curto prazo uma política digna de registro.



anualmente cerca de um milhão de novas moradias. Ele afirma que boa parte dessas habitações é financiada, com hipotecas, dentro de um programa nacional de subsídios. "Na Alemanha, inclusive, há subsídios até para habitação de lazer. Subsídios existem no mundo inteiro. O governo Fernando Henrique Cardoso tem que encontrar fórmulas de subsidiar habitação para a população de baixa renda". Para Arruda, da ABC, situações como essa mostram que o Brasil ainda engatinha no setor habitacional, em comparação com o resto do mundo.

Outro aspecto fundamental é a criação de mecanismos de controle democrático sobre a atividade habitacional. No quesito financiamento, João Vaccari Neto (vice-presidente da CUT) critica a utilização do FGTS em programas de privatização do saneamento ou na compra de carteiras imobiliárias de bancos liquidados. Diz Vaccari: "Como representante da CUT no Conselho Curador do fundo, defendo que os recursos sejam aplicados exclusivamente na produção de moradias para trabalhadores de baixa renda, mas também em setores como saneamento básico e infra-estrutura. Assim deve ser feito para que

o trabalhador resgate a dignidade de morar bem".

Carece de solução ainda o problema do financiamento para moradias rurais. Para atender essa demanda, por sugestão da CUT, o Conselho Curador do FGTS constituiu recentemente grupo de trabalho para que no prazo de 90 dias apresente proposta de aplicação de recursos na área de habitação rural, especialmente para agricultura familiar e trabalhadores rurais. Vaccari prevê que até o início do ano 2000 este problema esteja solucionado.

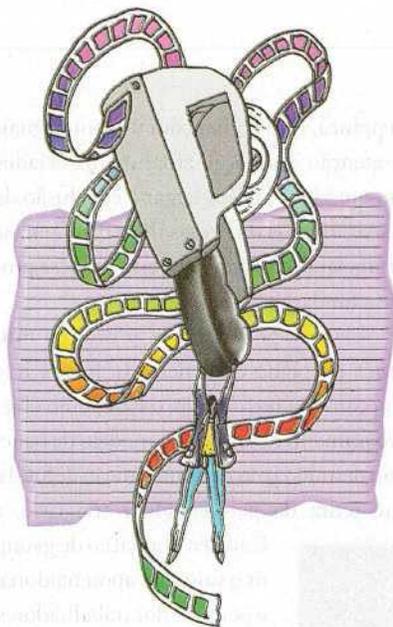
Do orçamento do FGTS, de acordo com o vice-presidente nacional da CUT, é de R\$ 50 bilhões o total aplicado em financiamento de habitação e infra-estrutura urbana. Ele conclama a sociedade civil brasileira a juntar forças para evitar a unificação do FGTS ao Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT), "balão de ensaio" lançado há poucos meses pela equipe econômica do presidente FHC.

É evidente que se deve criar uma base institucional mínima em nível nacional. Fica assim definida a condição básica para um salto na questão habitacional: o investimento maciço de recursos, ao contrário de tudo que se fez nas últimas décadas. ●



Inflação, passageira?

■ Aloysio Biondi



trabalhadores a um a atitude conformista em relação ao virtual "congelamento" dos salários. Agora, esse quadro sofre uma "virada", porque mesmo que os preços deixassem de subir, isto é, a inflação estancasse, os preços estão muito altos, a carestia estourou o orçamento das famílias. As reivindicações de reajustes salariais generalizam-se, e sua concessão inevitável trará novas pressões sobre os custos das empresas. Essa tendência de a inflação generalizar-se é reforçada por dois fatores, que governo e analistas chapa-rosa insistem em ignorar. Primeiro: ao longo destes próximos meses, é grande a possibilidade de repiques na alta dos preços dos alimentos, por culpa total do governo FHC, que desde 1995 não compra mais as colheitas dos produtores, para livrá-los dos atra-

vessadores - e formar estoques, vendidos exatamente em épocas de escassez. Resultado: o país está totalmente sem estoques de arroz, feijão, milho, trigo - que poderiam ser utilizados como arma para conter os preços diante da redução de colheitas provocada pela falta de crédito (de novo) e pela estiagem no Sul (prevista há meses pelos institutos especializados, e que deveria ter levado o governo a adotar um plano de emergência para a agricultura). O segundo fator é óbvio, e já está por trás da inflação de outubro/novembro: a alta do dólar. Durante meses, depois da queda do real em janeiro, as empresas seguraram reajustes de preços, mesmo enfrentando a alta de custos resultante do encarecimento de peças, componentes, matérias-primas importadas. Os empresários confiavam nas previsões oficiais, de que, após a grande disparada na crise do começo do ano, as cotações do dólar até deveriam recuar (previsão, aliás, endossada pelo próprio FMI). A nova escalada do dólar, provocada pela desconfiança internacional diante do rombo do Tesouro (resultante, por sua vez, das taxas de juros exigidas pelo FMI) desmentiu essas expectativas, provocando o fim do "represamento" de reajustes. Como a tendência é o "rombo" piorar, as previsões de inflação passageira" são uma triste anedota... O país continua com uma única saída para esse impasse: romper com o FMI para poder reduzir os juros e controlar as importações.

Aloysio Biondi,
jornalista

"Com a volta da inflação, um novo festival de humor negro desabou sobre a cabeça dos brasileiros. Enquanto o consumidor via seu orçamento estourar por causa das remarcações de preços, aumentos de tarifas, alta dos combustíveis, a equipe FHC/Malan/Fraga/FMI e os "analistas amigos" repetiam suas eternas explicações otimistas. "A alta é passageira", "as remarcações não são generalizadas, concentram-se em poucos produtos", não há motivo para preocupações" foram os argumentos que, ao longo de outubro e novembro, ocuparam o noticiário. Será verdade? Para obter uma resposta, é bom lembrar, a esta altura, que há uma diferença, frequentemente esquecida pelas pessoas, entre "inflação" e "carestia". Inflação significa preços em alta, preços subindo. "Carestia" significa preços muito altos - mesmo que eles não estejam mais subindo, tenham estacionado. O que isso tem a ver com o Brasil neste momento? Realmente, alguns produtos que puxaram as taxas de inflação já estão nas nuvens, não têm condições de subir mais, como é o caso do frango, que duplicou de preços em dois meses - por causa da duplicação, também, dos preços do milho e aumentos para outras matérias-primas das rações. Na prática, isto significa que, se os preços problemáticos deixam de subir, as taxas de inflação poderiam até começar a cair. Poderiam: Mas é preciso levar em conta um outro fator: as taxas de inflação modestas dos últimos anos (somadas ao desemprego e conseqüente oferta excessiva de mão-de-obra) levaram a massa de

Diretoria afasta Funcef

Os associados aposentados enfrentam dificuldades e são solenemente ignorados p

A finalidade primeira da Previdência complementar é manter o padrão de vida dos aposentados, concedendo-lhes o recurso material e o respeito que merecem, após terem dedicado anos de trabalho e de participação no desenvolvimento do país. Esta é a definição invariavelmente utilizada para se explicar a existência de um fundo de pensão.

Em tese, há ainda no oferecimento de um plano de Previdência complementar o entrelaçamento dos interesses das partes envolvidas. A patrocinadora investe nos recursos humanos como fator primordial para o crescimento dos negócios e os funcionários planejam o futuro dividindo os custos com a empresa.

No caso específico da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa, a missão que ela própria define em seus documentos é a de "promover e desenvolver a seguridade social, visando a qualidade de vida dos nossos associados". Entre os valores por ela apreçados está o que diz ser os associados a "nossa razão de existir" e que "a eles serão assegurados benefícios e atendimento qualificado". Há ainda outro que diz o seguinte: "Nossas relações e a gestão dos recursos, produtos e serviços serão pautadas na ética, legalidade, eficácia e interesse coletivo".

Há, no entanto, uma longa distância entre o que está no papel e o que acontece

na prática. Basta olhar com um pouco mais de atenção a situação atual dos associados aposentados para se chegar à conclusão de que as últimas diretorias da Funcef têm se distanciando bastante daquilo a que se propõe a fundação.

Vejamos, por exemplo, o caso da mudança no plano de benefícios. Está sendo proposto um novo plano, o REB, cujo objetivo primeiro é substituir o modelo de benefício definido pelo de contribuição definida, que retira da patrocinadora (no caso, a Caixa) o obrigação de garantir o valor das aposentadorias e pensões dos trabalhadores. O valor do benefício não fica garantido porque, no modelo de contribuição definida, os proventos dos aposentados não guardam a mínima relação com os salários recebidos na ativa. É como se o trabalhador fizesse uma poupança para receber, na aposentadoria, de acordo com o saldo de sua conta.

Chantagem O REB está sendo apresentado como opcional para os associados da ativa e aposentados. Mas há um forte esquema de pressão para que o maior número possível de pessoas faça a opção pelo novo plano. No caso dos associados aposentados, a adesão está sendo forçada através de um mecanismo de chantagem. A diretoria da Funcef admite pagar os abonos concedidos pela Caixa ao pes-

Chantagem:
abonos só para
os que migrarem
para o REB



Acampados em frente à sede da Funcef, em Brasília

soal da ativa e assegura a correção dos benefícios pelo índice da inflação apenas para quem migrar para o novo plano.

Para o ex-presidente da Fenaec, Carlos Caser, não se pode admitir essa exigência como sendo coerente com a missão de assegurar a qualidade de vida dos associados e tampouco com aquilo que a fundação diz

f do seu papel

aqueles que estão à frente da fundação



associados aposentados exigem o fim do descaso de que estão sendo vítimas

ser a sua "razão de existir", já que "os benefícios deixam de ser assegurados pela patrocinadora e o atendimento, com o uso da chantagem, perde qualquer parâmetro de qualidade", Caser representou a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) no Conselho de Administração da Funcef até ser afastado, em 1998,

por perseguição do então presidente da Caixa, Sérgio Cutolo - Caser agora concorre ao cargo de diretor representante dos empregados na Funcef

A recusa da Funcef em pagar os abonos aos aposentados segue a estratégia da direção da Caixa e do governo FHC de quebrar todos os vínculos entre aposentados e

Aposentados acampam por dois dias em frente à Funcef

A insensibilidade e a falta de interesse da diretoria da Funcef em atender às reivindicações dos associados aposentados têm gerado atos de protestos e as mais diversas formas de manifestação de descontentamento. É o caso, por exemplo, dos aposentados de Brasília, que decidiram acampar em frente à sede da fundação para exigir a atendimento aos pleitos por eles apresentados.

O acampamento durou dois dias - 28 e 29 de outubro - e forçou o atual presidente da Funcef, Edo de Freitas, a conceder uma audiência aos manifestantes, da qual participaram também diretores do Sindicato dos Bancários de Brasília, o presidente da Fenae, Carlos Borges, e o deputado Wellington Dias (PT-PI), que também é empregado da Caixa

Foi entregue a Edo de Freitas um documento com os seguintes pleitos dos aposentados:

- * Reposição das perdas salariais de 94 a 99;
- * Pagamento dos abonos concedidos ao pessoal da ativa nos últimos quatro anos;
- * Pagamento do tíquete-alimentação;
- * Repasse das verbas referentes a reajustes concedidos pelo INSS nas aposentadorias;
- * Divulgação imediata do resultado da auditoria realizada pela Caixa na Funcef;
- * Quebra do sigilo bancário dos envolvidos na auditoria;
- * Punição para os responsáveis pela dilapidação do patrimônio da Funcef; e
- * Implementação da gestão democrática, com paridade entre associados e patrocinadora.

Os aposentados mantêm-se firmes em suas reivindicações e prometem retomar o acampamento caso a Funcef não se pronuncie satisfatoriamente.

pessoal da ativa. O objetivo é facilitar um eventual processo de privatização da empresa. A mudança do plano de cargos e salários da Caixa visa, claramente, acabar com a paridade entre ativos e aposentados. O PCS cria novas funções e elimina qualquer vínculo com as funções que existiam antes. Assim, os aposentados ficam excluídos de qualquer tipo de benefício concedido a quem está em atividade. É o caso, por exemplo, dos mecanismos de remuneração variável, que elevam os vencimentos de quem está em atividade, sem reflexo nos benefícios pagos pela Funcef

Carlos Caser lembra que os aposentados, além de estarem com seus benefícios congelados há cinco anos, perderam também o tíquete-alimentação a partir de 1995, "o que representou também uma queda significativa no orçamento desses colegas". A Funcef também neste caso, nada fez para amenizar o impacto da medida adotada pela Caixa. A diretoria da fundação agarrou-se ao argumento burocrático de que o assunto não era com ela, demonstrando uma vez mais sua insensibilidade face à queda no padrão de vida de seus associados.

Ao mesmo tempo que vira as costas para seus associados aposentados em momentos de dificuldade, a direção da Funcef mantém-se inflexível no bloqueio à democratização da gestão e à transparência em seus negócios. O movimento dos empregados (pessoal da ativa e aposentados) defende a paridade (igual número de representantes para associados e patrocinadora) na Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Funcef •

Fundos de pensão ativam economia

A Previdência complementar ganha espaço na mesma proporção que vai se aprofundando a crise do sistema previdenciário oficial. De acordo com levantamento da Boucinhas & Campos Consultores, no início de 1997 cerca de 1.800 empresas já ofereciam a seus funcionários a possibilidade de participação em fundos de pensão.

Além de complementar o salário do aposentado, garantido-lhe uma renda próxima à do período em que esteve em atividade, os fundos de pensão assumem também importante papel na economia, uma vez que possibilitam a elevação dos níveis de poupança e investimento no país.

É o que pensa, por exemplo, o presidente da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), Sérgio Rosa. Em sua exposição na audiência pública da Comissão Especial da Câmara, em setembro, ele diz que a Previdência

complementar deve ser vista como "altamente positiva" e que sua importância não se restringe ao fato de possibilitar a complementação da aposentadoria. "O regime de Previdência complementar pode cumprir outro papel, além de assegurar a renda do trabalhador. Os fundos de pensão já se constituem hoje, e podem se constituir mais ainda, num importante fundo de poupança nacional. É uma questão não só de interesse particular para as pessoas que venham a participar desses fundos, mas de interesse para o conjunto da Nação".

No entanto, as diretrizes e políticas de investimentos dessas instituições têm sido freqüentemente questionadas em função de interferências do governo e de grupos econômicos na definição das mesmas. O escândalo dos precatórios, que revelou a compra de títulos podres do governo de Santa Catarina, a carteira de ações que inclui empresas que estão virando pó - casos Mappin, Casa Angulo e Crefisul - e maus negócios como o do Hotel Renaissance e dos parques aquáticos, que não trazem retorno, justificam a preocupação dos associados em relação ao futuro da Funcef "Não é assim que vamos contribuir para o desenvolvimento econômico do país e ainda garantir lastro para a complementação de nossas aposentadorias", alerta Carlos Caser, ex-conselheiro na fundação, representando a Fenaef.

As representações dos empregados da Caixa (ativos e aposentados) defendem a participação efetiva dos associados na gestão da Funcef, com paridade na diretoria e conselhos, para que haja transparência e lisura nos investimentos da fundação.

Benefícios dos
aposentados
estão congelados
há cinco anos



Proposta estratégica

Encabeçada pelos deputados petistas Ricardo Berzoini (SP), Wellington Dias (PI), José Pimentel (CE), Geraldo Magela (DF) e João Grandão (MS), a proposta de emenda constitucional n° 145 (PEC 145/99), que altera o artigo 192 da Cons-

tituição Federal, começou a tramitar no Congresso Nacional. A PEC 145/99 define que a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia (Basa), o Banco do Nordeste (BNB) e o Banespa são instituições estratégicas de crédito.

0 tempo não passa

"O capital especulativo continuou, além disso, fiel às suas origens, preocupado em acumular lucros em curto espaço, como se fosse uma viagem para trazer escravos da África". A frase, lembrada recentemente pelo deputado Edinho Araújo (PPS-SP), é de Raymundo Faoro, em "Os donos do poder", e se refere ao Brasil em meados do século passado.

Nova agenda

Lideranças de entidades de classe e de categoria começam a se mobilizar: vêm aí os fundos de pensão instituídos com base no vínculo associativo, e não apenas empregatício. Será seguramente um dos temas mais importantes na agenda das lideranças sindicais.

Oscilação de humor

Tramita no Congresso projeto de decreto legislativo (PDL) para sustar o processo de fechamento de delegacias regionais e remanejamento de funcionários do Banco Central, a chamada "reestruturação administrativa do Bacen". Embora o PDL seja considerado um ato de confronto entre os poderes, a iniciativa conta com a assinatura de todos os líderes partidários e já tramita em regime de urgência. A lua-de-mel entre Armínio Fraga, presidente do Banco Central, e os parlamentares parece ter acabado.

Inversão de expectativa

A CPI dos Bancos, realizada pelo Senado, começou com holofotes mas acabou ofuscada pela CPI do Narcotráfico, feita pela Câmara. Com a primeira, muito do que se sabe não veio à tona, mas já com a segunda foi revelado muito do que não se sabia.

A dacir Reis, advogado e consultor legislativo •

Cerco aos bancos

Governo contrata consultoria privada para definir o futuro da Caixa, do Banco do Brasil e

O governo federal mantém sua estratégia para realizar as mudanças que deseja nas instituições financeiras públicas. Na avaliação do deputado José Pimentel (PT-CE), da bancada de bancários da Câmara, estão intactas as diretrizes traçadas em julho de 1995, através da nota técnica nº 20 produzida pelo então secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, com o "de acordo" do ministro Pedro Malan.

Os bancos estaduais - os que não foram extintos ou transformados em agência de fomento - estão quase todos privatizados.

O Meridional, um dos bancos federais, já foi rifado. O Banco do Estado de São Paulo (Banespa), federalizado, está há algum tempo sendo empurrado para as mãos da iniciativa privada. Isso ainda não aconteceu por conta da forte resistência dos bancários, articula-

da sobretudo a partir dos municípios, que também têm interesse na preservação do banco como instituição pública. Para definir o destino dos demais - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (Basa) e BNDES - o governo FHC está contratando uma consultoria privada para fazer a avaliação de desempenho atual e o estudo de alternativas para a atuação dos mesmos. A li-

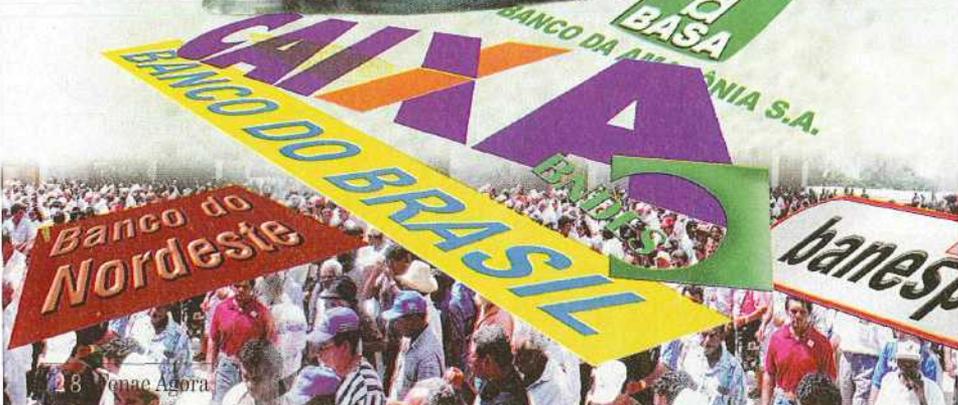
citação foi vencida pelo consórcio controlado pela canadense Booz Allen e o contrato para prestação da consultoria estava para ser assinado em novembro.

A orientação do Comitê de Coordenação das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif) é para que sejam analisados "os prós e os contras de diversas alternativas, incluindo, como exemplos, fusões, transformações em agências de desenvolvimento ou banco de segunda linha e a busca de parcerias estratégicas". Como se vê, tudo pode acontecer. A privatização de qualquer um dos bancos federais não está descartada, é uma possibilidade concreta. O deputado José Pimentel alerta para o fato de que a área econômica do governo é "claramente favorável" à privatização, além de haver políticos influentes da base governista, como é o caso do senador Jorge Bornhausen (PFL), que vêm trabalhando para isso.

Prazos Houve um atraso de dois meses e meio na contratação da consultoria - inicialmente prevista para 31 de agosto, ainda não foi efetivada. De acordo com informação da secretaria-executiva do Ministério da Fazenda, responsável pela coordenação do Comif, deverão ser mantidos os prazos para cada uma das fases do trabalho da consultoria.

Assim, projetando-se o cronograma original, todo o processo de reestruturação dos bancos federais deve ser concluído por volta de janeiro de 2001.

Para Sérgio Rosa, presidente da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), "é um enorme absurdo" a contratação de uma empresa privada para



s federais

das demais instituições financeiras sob seu controle

fazer o diagnóstico e a proposição de alternativas para um novo desenho dos bancos federais. Em nota divulgada em 20 de abril deste ano, Sérgio Rosa faz o seguinte alerta: "FHC está chegando ao cúmulo de privatizar até isso. Está entregando a tarefa de governar a uma consultoria privada. Nesta lógica, daqui a quatro anos não precisamos de eleição. Vamos contratar uma consultoria para dizer o que fazer do Brasil".

Cartilha Com a publicação "O Brasil só cresce com investimentos", o Comitê Nacional em Defesa da Caixa procura fortalecer a luta contra a privatização, colocando em destaque o relevante papel da empresa no sistema financeiro nacional, sobretudo por suas atividades e programas desenvolvidos. A cartilha foi distribuída a todos os governadores e a deputados federais, senadores, prefeitos e vereadores (presidentes de Câmaras Municipais). A mobilização dos empregados da Caixa se dá também em conjunto com as representações dos demais bancos federais, igualmente ameaçados pelo programa de privatizações do governo.



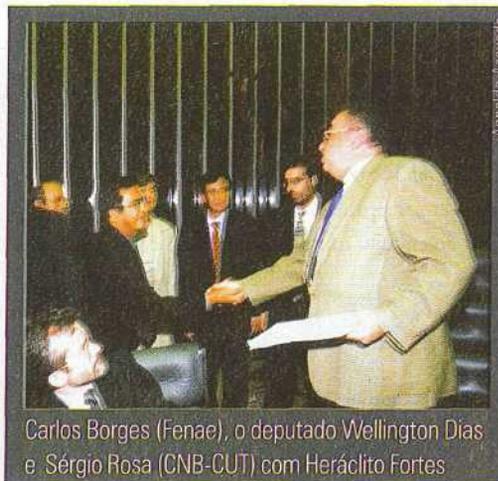
Reação nas ruas e no Congresso

Os bancários estão se contrapondo à ameaça de privatização dos bancos públicos federais com organização e mobilização. Foi constituído este ano o Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos e também os comitês por banco. O da Caixa foi criado no dia 20 de abril e conta com representantes de todas as entidades do movimento dos empregados, da ativa e aposentados. Foram criados ainda os comitês estaduais em 21 unidades da federação.

No dia 28 de outubro, durante a sessão solene em homenagem aos 191 anos do Banco do Brasil, na Câmara Federal, o Comitê em Defesa dos Bancos Públicos, num ato simbólico, entregou à mesa a proposta de emenda constitucional (PEC), subscrita por 186 parlamentares, proibindo a privatização do BB, da Caixa, do BNB, do Basa, do Banespa, da Petrobras e dos Correios.

A PEC é assinada por seis parlamentares bancários. A entrega simbólica do documento ao presidente da sessão, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), foi feita por Wellington Dias e pelo presidente da Fenaef, Carlos Borges, e o presidente da CNB-CUT, Sérgio Rosa.

Pelo texto da PEC, "qualquer modalidade operacional de alteração na composição societária das empresas mencionadas, bem como de suas subsidiárias, dependerá



de autorização legislativa do Congresso Nacional".

Os bancários estão colhendo também assinaturas de populares em apoio a um projeto de lei que exclui os bancos federais, a Petrobras e os Correios do Programa Nacional de Desestatização. O objetivo é conseguir um milhão de assinaturas.

O governo, por seu lado, continua empurrando com a barriga a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do Sistema Financeiro Nacional - prefere as medidas provisórias para ir tratando do assunto pontualmente, conforme lhe interessa. A Comissão do Sistema Financeiro, criada pela Câmara em 1989, portanto há 10 anos, não sai do lugar. Segundo o deputado José Pimentel (PT-CE), os trabalhos são emperrados pelo "total desinteresse da base governista".

A explosão nas águas

Karoline Dal Toé, empregada da Caixa em SC, vence circuito mundial de apnéia

Empregada da Caixa Econômica Federal em Florianópolis (SC), a catarinense Karoline Mariechen Meyer Dal Toé conseguiu um feito histórico ao tornar-se a primeira brasileira a vencer uma etapa do circuito mundial de apnéia, esporte conhecido como mergulho

livre. Foi no Red Sea Dive *Off* 1999, realizado no Egito em julho, quando Dal Toé bateu o recorde mundial de apnéia estática depois de ficar seis minutos e dois segundos embaixo d'água, sem respirar e sem a ajuda de equipamentos.

Pela primeira vez na história da apnéia, uma mergulhadora brasileira conseguiu quebrar um recorde mundial em provas oficiais. Associada à Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos, Dal Toé consagra-se agora como uma das melhores atletas de apnéia do mundo, derrubando a hegemonia das francesas, que sempre obtiveram as melhores marcas em disputas internacionais.

A bordo desse novo recorde mundial, Karoline Dal Toé, que ainda não tem patrocínio, alimenta o sonho de popularizar a apnéia no Brasil. "Espero que este meu recorde auxilie na divulgação do esporte em território brasileiro e estimule

o surgimento de atletas em condições de representar o Brasil nas competições internacionais". Foi com este objetivo que a mergulhadora catarinense ajudou a organizar o primeiro campeonato brasileiro de apnéia, batizado de Primeira Copa América Santarelli (homenagem ao mergulhador paulista Américo Santarelli, recordista mundial na modalidade lastro variável). Esse evento aconteceu em São Paulo em novembro e foi disputado na categoria individual iniciante, feminino e masculino.

Performance

A dedicação de Dal Toé para melhorar sua performance em apnéia parece não ter limites. Duas semanas depois de ter-se consagrado recordista mundial em apnéia estática, a mergulhadora bateu novo recorde sul-americano em mergulho profundo, alcançando a marca de 70 metros de profundidade na baía francesa de Ville Franche.

Como prática desportiva, a apnéia é bastante difundida na Europa. Seu berço está em Nice (França), tendo como seu criador Claude Chapuis. Em todo o mundo, segundo a Associação Internacional para o Desenvolvimento da Apnéia (Aida), existem pelo menos 250 apneístas de alto gabarito. Aos interessados em praticar apnéia, Dal Toé recomenda avaliação médica como primeira tarefa. Outra regra é jamais mergulhar sozinho, observando sempre as normas de segurança. •

E viva Cuba (de novo) libre!

■ Tárík de Souza

Próxima do Brasil pela formação cultural afro-euwpéica de seu povo, a música cubana não tem aqui um centésimo do espaço ocupado pelo pop anglo-americano, geralmente importado no pacote de dominação político-econômica do país. Esse espaço só não desapareceu por completo porque criadores como Chico Buarque e Milton Nascimento, mesmo durante a ditadura militar, encarregaram-se de estabelecer um intercâmbio com a Nueva Trova Cubana de compositores como Pablo Milanés e Silvio Rodrigues. Gravando e difundindo entre colegas as músicas desses artistas (Milanés chegou a apresentar-se com sucesso aqui), eles mantiveram aceso o elo de ligação entre os dois países. Agora que a pressão pelo fim do absurdo bloqueio americano à ilha se torna mais forte, aumenta também o fluxo musical. O mais recente passo de (re)integração foi dado - sintomaticamente - por um músico americano, o guitarrista Ry Cooder. Célebre pelo fato de ter recusado um emprego na banda inglesa Rolling Stones (e de assinar a trilha de filmes "Paris, Texas" e "Encruzilhada", além de gravar com astros africanos, havaianos e japoneses), Cooder marcou um golaço em "Buena Vista Social Club", reunião de parte importante da velha guarda da música cubana. O êxito espetacular desse disco (mais de dois milhões de cópias vendidas no planeta), que lhe valeu até o discutível prêmio Grammy, motivou a redescoberta de extraordinários artistas como Compay Segundo, Rubén Gonzales, Ornara Portuondo e Ibrahim Ferrer.



Também registrados num documentário do cineasta alemão Wim Wenders (o de "Paris, Texas"), esses músicos - que se apresentaram no Brasil -finalmente (e tardiamente) estão sendo reconhecidos. Depois do CD coletivo, eles começam a sair em discos individuais, em que suas particularidades podem ser melhor apreciadas. Quem quiser conhecer um piano originalíssimo discorrendo por clássicos do repertório latino como "Siboney" e a "guaracha" "Cubanchero" deve procurar "Introducing... Rubén Gonzales" (Nonesuch), lançado em 1997. Pelo mesmo selo, acaba de sair aqui o disco solo do cantor Ibrahim Ferrer, de 72 anos. Produzido pelo mesmo Cooder (que o compara ao veludo vocal de Nat King Cole), o CD recupera outro cubano ilustre, o falecido compositor e maestro Arsênio Rodrigues ("Bruca Maniguá", "Mamá me gustó"), que inspirou ao guitarrista americano Marc Ribot o disco (e projeto, exibido aqui) "Los Cubanos Postizos". Ferrer canta também o clássico

"Aquellos ojos verdes" e contracena com a singular Ornara Portuondo em "Silencio", mostrando que a pecha de vulgaridade que tingiu o bolero ("Ojos verdes" foi apropriado pelo breguíssimo maestro americano Ray Conniff) dissolve-se diante do talento de seus verdadeiros cultores.

A ponte cubana ganha novos alicerces com "Ares de Havana" (Velas), CD gravado na ilha em castelhano pela cantora Selma Reis. Não é a primeira incursão de cantora brasileira por lá. Olivia Byington, em 1982, registrou em Havana o Lp "Identidad" onde misturava Milton Nascimento ("San Vicente", com Fernando Brant), Chico Buarque ("Fantasia"), Gilberto Gil ("Soy loco por ti America", com Capinam), Pablo Milanés ("De que callada manera" com Nicolas Guillén), Silvio Rodrigues ("Yo digo que las estrellas") e Sindo Garay ("Perla Marina"). Selma com sua voz grave e cálida recria o romântico Bola de Nieve, favorito de Caetano Veloso ("Ay amor", "Drurhe negrita"), o lendário Benny More ("Dolor y perdón", "Mi amor fugaz"), sem esquecer Silvio Rodrigues ("Oh, melancolia") e Pablo Milanés ("Para vivir"). Ela também regrava o afro-cubano "Babalu" (Margarita Lecuona), cavalo de batalha da rainha do rádio Angela Maria nos anos 50, quando a música cubana ainda era naturalmente popular no país "hermano".

Tárík de Souza,
jornalista ●

Tradição, cultura e religiosidade popular

Nostalgia de uma tradição antiga que boa parte da população brasileira da zona urbana sequer conhece, a Folia de Reis é sinônimo de cultura popular que vem sendo preservada de pai para filho. Isso é assim desde que essa manifestação folclórica chegou ao Brasil vinda de Portugal. Seu objetivo é homenagear os três reis magos que viajaram a Belém (Judéia), dois mil anos atrás, para prestigiar o nascimento de Jesus Cristo.

Chama-se folia, de ponta a ponta do Brasil,

a um grupo de cantores e músicos populares que, usando símbolos devocionais, percorre fazendas, sítios e ruas das cidades do interior com a finalidade de pedir "esmolas" ou colaborações financeiras para as festas de Folia de Reis, que acontecem sempre a seis de janeiro de cada ano. Daí que os ciclos de apresentação dos foliões, na maioria das regiões do país, vão de 24 de dezembro a seis de janeiro (dia de Santos Reis).

Esses grupos se divertem durante a noite para, simbolicamente, acompanhar a estrela que guiou os reis magos até a manjedoura do

"menino Deus". Em geral visitam sete lugares por noite e recolhem-se quando o dia começa a clarear. O ritual da Folia de Reis é caracterizado por toques de chegada, entrada e despedida.

Tradicionalmente, como resultado da memória coletiva das comunidades interioranas, a Folia de Reis é organizada por devoção ou para pagamento de promessa de cunho religioso. As promessas visam receber benção divina e, na maioria das vezes, dizem respeito à restauração da saúde de quem as realizou ou de alguém próximo a ele. A partir daí, os pagadores de pro-



messas assumem o compromisso de participar das festas de Folia de Reis por um período de, no mínimo, sete anos. A renovação dos votos faz-se sempre por igual prazo.

Independentemente do local onde a "gira" ocorra, a Folia de Reis é um folguedo basicamente masculino. Isso não significa que as mulheres estão proibidas de fazer parte das brincadeiras. Das festas, participam um número variável de foliões e um mestre, contramestre e um alferes, cuja função é carregar a bandeira. A figura do mestre é central. Cabe a ele aglutinar o grupo, levantar donativos para a compra de instrumentos, escolher canções, compor versos e definir o estilo das roupas que serão usadas durante os festejos.

A bandeira, símbolo máximo da folia, vai sempre à frente e é confeccionada segundo critérios de cada grupo. Os instrumentos dos foliões são compostos de violão, cavaquinho, sanfona, pandeiro, bumbo e caixa. A música, denominada toada, é de estilo responsorial. Alguns versos são improvisados (chulas), sendo regra número um a diversão do público.

Natal O mestre da Folia de Reis de Bonfinópolis (MG), José Nucas Vieira Brandão, explica que a tradição do Natal na cultura popular do Brasil Central está fortemente marcada pelas Foliás de Reis. Ele informa ainda que, mais do que folclore, as manifestações de Foliás de Reis são diversão e um eloqüente ato religioso. Nucas Brandão observa: "Os versos cantados durante os festejos falam da anunciação de



A tradição do Natal na cultura popular brasileira está fortemente marcada pela Folia de Reis

Nossa Senhora, do nascimento de Cristo e abordam a vida dos reis magos. Esses rituais simbolizam gestos de humildade, simplicidade e sabedoria, misturados a momentos de alegria e de confraternização". Foi de seus antepassados que Nucas herdou a função de liderar um grupo de folia.

A opinião do violeiro caipira e pesquisador Roberto Corrêa é de que a cultura popular de folias de Reis no Brasil tem sido mantida, ao longo dos séculos, como um elemento intrínseco da religiosidade da população

interiorana. Pode ter ou não relação com as paróquias da Igreja Católica, segundo ele. Corrêa rebate as generalizações que em geral são feitas quando o assunto é Folia de Reis e diz que, em princípio, qualquer pessoa pode acompanhar um giro de folia, sem ser necessariamente um folião.

Nessa mesma linha de raciocínio, a pesquisadora Juliana Saenger esclarece que a devoção é o que leva os foliões a homenagearem os santos reis magos. A esses foliões cabe alegrar a festa. De acordo com Saenger, a chamada diversão das Foliás de Reis envolve as danças de catira (uma das brincadeiras mais elaboradas da cultura popular do sertão brasileiro), lundu e músicas para animar o baile, entre outros festejos populares. Tamanha diversidade, para Juliana Saenger, mostra a riqueza das manifestações culturais do universo interiorano. ●



Piauí abriga maior acervo de pinturas rupestres da América do Sul

Delta do

O coração do mais importante acervo de pinturas rupestres da América do Sul. Assim é chamado o Parque Nacional Serra da Capivara, no município piauiense de São Raimundo Nonato, que há mais de 48 mil anos foi berço do primeiro homem americano. São mais de 400 sítios arqueológicos espalhados por 130 mil hectares de área.

Declarada patrimônio cultural da humanidade pela Unesco em 1991, a Serra da Capivara abriga o sítio arqueológico da Tóca do Boqueirão da Pedra Furada, o mais antigo e importante das Américas. Ele tem 70 metros de comprimento e suas pinturas rupestres, abundantes, foram feitas por grupos humanos que, sucessivamente, ocuparam a região durante as épocas pré-históricas. Por todos os caminhos e recantos, a Serra da Capivara respira um ecossistema típico de caatinga.

Outro parque piauiense que estimula a imaginação é o de Sete Cidades, um dos mais belos mananciais brasileiros de formações rochosas. Esse nome foi dado ao parque porque as rochas, que lembram formas humanas ou remetem à arquitetura de metrópoles, foram agrupadas uniformemente em distintos ângulos, compondo "sete cidades" de pedra. Na região há quem acredite que as gigantes pedras de arenito foram trazidas há milhões de anos por extraterrestres.

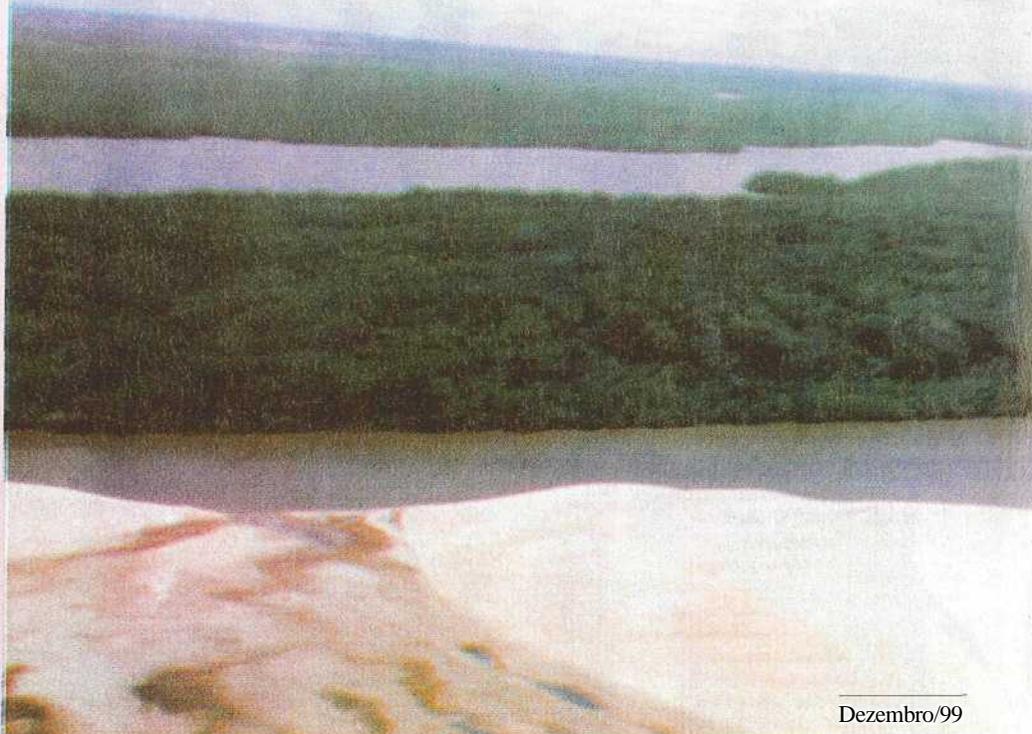
O contato com a diversidade de formas das rochas das "sete cidades" é uma aventura de tirar o fôlego de quem visita o Parque Nacional. Ali o turista pode realizar passeios com fins recreativos, percorrendo a pé ou de automóvel monumentos como o da Pedra dos Canhões, Piscina dos Milagres e o do Arco do Triunfo. Assim, a Serra da Capivara e Sete Cidades são lugares que refletem bem um certo clima do Brasil pré-histórico.

Um Brasil primitivo e surpreendente, numa área de 2.700 quilômetros quadrados cheia de árvores, mangues, riachos, dunas e ilhas com praias desertas, se esconde no litoral entre o Maranhão e o Piauí. Chama-se Delta do Parnaíba e ali a natureza é soberana.

O encontro das águas de um rio com o oceano e a combinação de revoadas de guarás, papagaios e carcarás com a cidade de crianças e a arte das mulheres fazem do Delta do Parnaíba o point ideal para o turismo. A porta de entrada para essa aventura mágica é a cidade de Parnaíba, a 365 quilômetros de Teresina, fundada há pouco mais de dois sé-

culos. Lá é só escolher entre uma rápida lancha ou a vagarosa chalana e navegar pela imensidão do delta, desvendando um labirinto cheio de surpresas. Seu descobridor foi o português Nicolau de Resende, que naufragou no litoral da região no século XVI. Conta a lenda que esse naufrágio atingiu não só o navegador de Portugal, mas também toda a sua tripulação e um carregamento de barras de ouro.

Em sua trajetória até o Oceano Atlântico, o rio Parnaíba (considerado a quarta maior bacia hidrográfica do país, depois das bacias do Amazonas, Paraná e São Francisco) bifurca-se e se abre em cinco braços distintos (Igaracu, Canárias, Caju, Melancieira e Tutóia), formando ilhas e canais. A partir daí surge o



Parnaíba

Delta do Parnaíba, um dos três existentes no mundo, mas o único em mar aberto das Américas. Delta, aliás, é o nome dado aos rios de foz múltipla e ramificada que, para encontrar o mar, se dividem em vários canais, formando ilhas.

Mandamento O forte do Delta do Parnaíba é o turismo ecológico, aquele em que o respeito à natureza é o mandamento número um. A comercialização do caranguejo, embora primitiva, é uma das principais atividades econômicas da região. Outra atração é o povoado de Carnaubeiras, fundado na época da colonização do Brasil. Foi naquele cenário que ocorreu o episódio da Balaiada, uma revolta de mestiços e negros da fronteira mara-

nhense contra a coroa portuguesa. Hoje, no entanto, o que chama atenção em Carnaubeiras não é o passado, mas as crianças: a média local é de sete crianças por família. Moradores do lugar atribuem ao peixe milica, com fama de afrodisíaco poderoso, tamanha fertilidade das mulheres. Daí Carnaubeiras ser conhecida como a cidade das crianças.

Em muitas partes do Delta do Parnaíba, a areia vira lodo. As dunas, por outro lado, são colírios para os olhos do visitante. Possuem a aridez e a beleza misteriosa de uma paisagem de deserto, numa mistura de água, areia e muito vento. Isso faz com que, na região, a paisagem de hoje nunca seja a mesma de amanhã. Puro capricho da natureza ao existir, a cada dia, um espetáculo diferente.

Se não bastasse tudo isso, o Delta do

Parnaíba abriga ainda mais de 80 ilhas que reúnem, em um único lugar, a luminosidade do litoral, a biodiversidade de uma floresta tropical preservada e a comunhão das águas doce e salgada.

Como um lugar cheio de mistérios e muita magia, o Delta do Parnaíba fascina e intriga qualquer um. Não é à toa que o local é tido, hoje, como um dos principais monumentos de visitação turística do Piauí. Séculos atrás, o navegador português Nicolau de Resende assim descreveu o Delta do Parnaíba em seu diário de viagem: "Um grande rio que formava um arquipélago verdejante ao desembocar no Oceano Atlântico". Vale uma visita a uma região conhecida por sua exuberância. Chegando lá, dê asas à imaginação. •



O lixo nosso de

O lixo brasileiro é considerado um dos mais ricos do mundo e a sua reciclagem é forte

O planeta atingiu este ano a marca de seis bilhões de pessoas. E esse enorme contingente humano terá que procurar sobrevivência em um mundo em que a deterioração do meio ambiente é um fato presente e uma realidade dolorosa. A degradação da condição humana é constatada, sobretudo, nas grandes cidades.

Estará o homem do terceiro milênio, da era da modernidade, preparado para o desafio de resolver os desequilíbrios ambientais e assegurar uma qualidade mínima devida? Estará ele capacitado para realizar tarefas aparentemente simples como a de dar destinação adequada ao lixo produzido por todos os cantos do mundo?

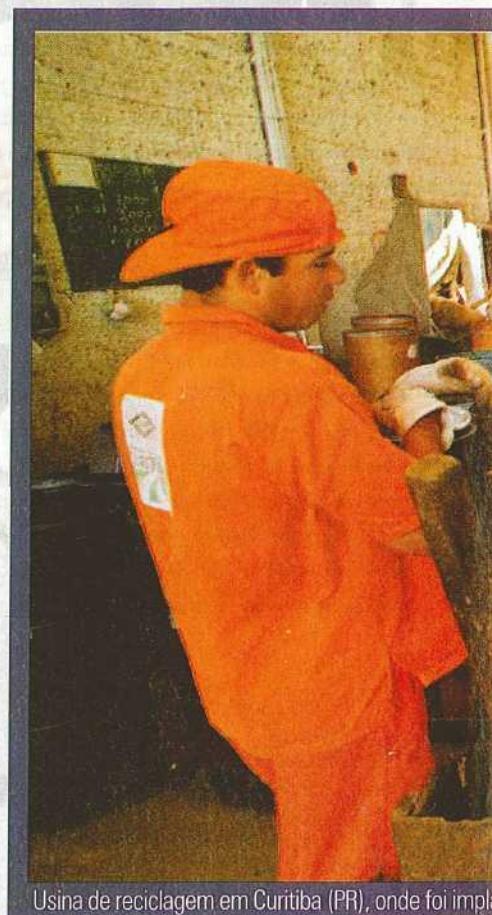
A administração do lixo já é hoje uma das grandes preocupações na organização urbana. As instituições e entidades ambientalistas têm divulgado números astronômicos sobre o assunto. De acordo com os dados mais frequentemente utilizados, só nos Estados Unidos, cada pessoa gera dois quilos de lixo por dia, alcançando um total anual de 190 trilhões de quilos. No Brasil, cada pessoa gera, em média, um quilo de lixo por dia. Por ano, são produzidos 55 trilhões de quilos.

O lixo brasileiro é tido como um dos mais ricos do mundo. Mas, para Heliana Katia Campos, secretária-executiva do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, da Unicef, não está sendo dada a devida importância às questões relativas ao saneamento ambiental, em especial à coleta e destinação adequada dos resíduos. Ela alerta para o fato de que o descarte aleatório dos resíduos em nascentes, córregos, margens

de rios e estradas, além de provocar problemas ambientais graves e poluir as águas, que muitas vezes são captadas para consumo, atrai para estes locais um exército de desempregados e famintos, que sobrevivem à custa da cata de resíduos para a sua alimentação e para comercialização. Katia ressalta ainda que o problema da catação de lixo por seres humanos é "regra geral", de norte a sul do país, tanto em cidades de pequeno porte como nas grandes capitais. "É uma situação constrangedora e inaceitável, fruto da miséria, do desemprego e da busca desesperada pela sobrevivência".

O programa da Unicef preconiza a necessidade de uma intervenção social voltada ao resgate da cidadania dos trabalhadores que vivem em condições de absoluta pobreza, "sobrevivendo das sobras e dos desperdícios dos mais afortunados". Como alternativa à catação nos lixões, o Lixo e Cidadania procura incentivar a coleta seletiva, com a participação das famílias dos catadores, propiciando a geração de postos de trabalho e renda para as mesmas.

Reciclagem A reciclagem no Brasil é fortemente sustentada pelos garimpeiros do lixo (catação informal). Os programas criados pelo poder público, muitas vezes em parceria com os catadores, também têm se difundido. Entre os principais méritos da reciclagem estão o de reduzir o volume de lixo de difícil degradação, o de contribuir para a economia de recursos naturais, o de prolongar a vida útil dos aterros sanitários, o de diminuir a poluição do solo, da água e do ar e o de evitar o desperdício, con-



Usina de reciclagem em Curitiba (PR), onde foi impl

tribuindo para a preservação do meio ambiente. Trata-se de um processo de transformação de materiais para reaproveitamento na indústria e na agricultura.

São basicamente dois os modelos de programas de reciclagem implantados em municípios brasileiros: coleta seletiva de lixo e usinas de reciclagem. Há muitos exemplos de

cada dia

vente sustentada pela catação informal

Catadores e poder público fazem parceria para a coleta seletiva

A parceria entre catadores de lixo e o poder público em programas de coleta seletiva é uma opção para as famílias que estão nessa atividade por falta de outro meio de vida. Alguns municípios já estão, inclusive, dando prioridade a programas cujos parceiros são as associações e cooperativas de catadores. É o caso, por exemplo, de Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

A parceria fortalece a organização social dos catadores e favorece o atendimento de suas necessidades básicas de moradia, saúde e educação, entre outras. Os lixões são transformados em aterro controlado ou sanitário, são cercados e recebem infraestrutura necessária para funcionamento. Assim são evitadas novas leva de catadores ao local.

A Caixa Econômica Federal é, de longe, o maior agente financeiro para o setor. Em 1995 foi aprovada pelo Conselho Curador do FGTS a inclusão no programa Pró-Saneamento, até então destinado ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, da modalidade "tratamento e disposição final de resíduos sólidos", o que possibilitou, já a partir de 1997, o financiamento de empreendimentos dessa natureza, pela Caixa, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. No Paraná, por exemplo, o programa "Lixo que não é lixo", está integrando 151 novos municípios e receberá da Caixa R\$ 23,7 milhões para investimento na implantação de aterros sanitários, incluindo barracões de reciclagem com prensa.

Estão também em estudo no âmbito da Caixa os programas de apoio à gestão ambiental urbana, com ênfase na busca de solução para as questões do lixo urbano, e de apoio a prestadores privados de serviços em saneamento ambiental.



Divulgação

Implantado há 10 anos o programa "Lixo que não é lixo", um modelo para o resto do país

idades em que a reciclagem já atingiu um estágio avançado, com resultados importantes. Curitiba (PR), com o programa "Lixo que não é lixo", implantado há 10 anos, representa com louvor essas experiências bem sucedidas. Mas, de acordo com o levantamento da Unicef sobre a destinação final do lixo no Brasil, constata-se uma precária situação na maioria dos

municípios: 88% deles não possuem conselho de meio ambiente, tido como principal instrumento de controle dos problemas ambientais. Apenas 34% das cidades têm um órgão ambiental específico, em 25% são outras instâncias que respondem pela área ambiental e em 41% não há qualquer órgão responsável pela gestão ambiental. ●

DONA CÍGANA, O AMO ZOOO TÁI !
É VERDADE QUE VAI SURGIR UMA BESTA
TRAZENDO O **APOCALIPSE?!?**

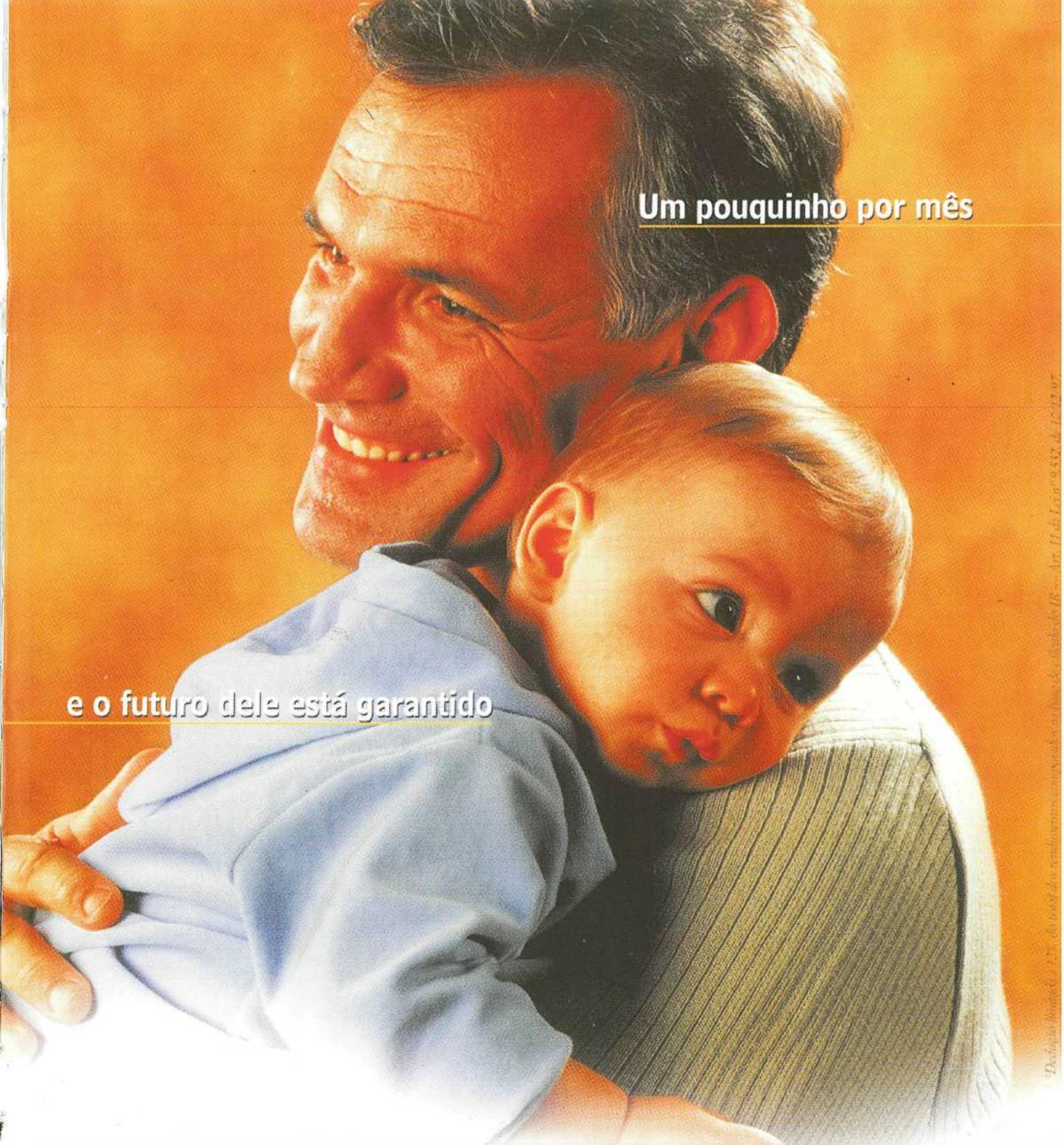
AH, MIA FIA, NÃO
ACREDITO NÃO...



... NÃO IA TER APOCALIPSE SUFICIENTE
PRA **TANTA** BESTA!!!



Márcio

A close-up photograph of a man with dark hair, smiling warmly as he holds a baby. The man is looking towards the left, and the baby is looking towards the camera. The background is a soft, warm orange color.

Um pouquinho por mês

e o futuro dele está garantido

O FederalPrev Crescer protege seu filho, garantindo a realização dos seus sonhos. Com um pouquinho por mês, você garante o futuro dele e ainda deduz o valor depositado do Imposto de Renda¹!

Dê uma mesada para o seu filho sem ele pedir. Faça um FederalPrev Crescer.

Central de Atendimento: 0800-16-6383
www.sassecaixa.com.br

**FEDERAL
PREV**

SASSE CAIXA
SEGUROS

CAIXA

GRANDES PARCEIROS
SEMPRE TÊM UMA MARCA EM COMUM.

CAIXA

SASSE CAIXA
SEGUROS

FENAE
SEGUROS

A FENAE Seguros tinha que mudar sua marca. Não dá para falar da FENAE sem falar da SASSE. Como não dá para falar da SASSE sem falar na CAIXA. Pensar nessas três instituições sem lembrar de parceria, modernidade e evolução, é impossível. Há 26 anos a FENAE vende seguros, a CAIXA abre seus balcões para comercializá-los e a SASSE cuida da proteção e da garantia. Sempre oferecendo produtos novos, ágeis e competitivos. E cada vez mais fortalecendo essa união. Se já dava para perceber a identidade dessa aliança, agora ficou mais fácil com a nova marca da FENAE.